

eling UP

**Revista eletrónica de Linguística
dos estudantes da Universidade
do Porto**

*A students' e-journal of Linguistics from
University of Porto*

Revista de Linguística

Volume IX | n.º 1 | Ano 2020

Diretores:

António Leal
Purificação Silvano

Editores:

Carlos Silva
Joana Ferreira
Mariana Ribeiro
Rute Rebouças
Violeta Amélia Magalhães

Secretariado Editorial:

Ana Cunha
Beatriz Martins
Edna Boliquireime
Eloísa Bastos
Luísa Pimenta
Mariana Silva
Matilde Marques
Miguel Correia
Raquel Araújo
Renata Rodrigues

Comissão Científica:

Alexandra Pinto
Ana Maria Brito
Ângela Carvalho
Celda Morgado
Clara Amorim
Elena Zagar Galvão
Fátima Oliveira
Fátima Silva
Idalina Ferreira
Isabel Margarida Duarte
Joana Guimarães
João Veloso
Luís Filipe Cunha
Maria da Graça Pinto
Rogelio Ponce de León Romeo
Sónia Valente Rodrigues
Thomas Husgen

FICHA TÉCNICA

eling^{UP}

Revista Eletrónica dos estudantes de Linguística da Universidade do Porto
Vol. 9 | n.º 1 | 2020

Periodicidade: Bianual

Capa: Raquel Araújo

Os artigos publicados estão sujeitos a avaliação.

A Revista está registada na OJS.

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP>

ÍNDICE

Nota dos Editores 5

Entrevista à Professora Doutora Antónia Coutinho 7

Artigos

Compreendendo o gerúndio: uma análise semântica comparativa das orações periféricas com o gerúndio simples em PE e em PB 22
Bárbara Pinho, Marta Almeida e Rita Sá

Da semântica dos nomes coletivos em português europeu 36
Violeta Amélia Magalhães

Estruturas de controlo obrigatório de sujeito em orações infinitivas: uma perspetiva comparativa entre o português europeu e o inglês 50
Mariana Ribeiro

Anáfora associativa meronímica e anáfora associativa posicional: uma análise comparativa 69
Rute Rebouças

Recensão

Almeida, M. B; Teixeira, L. M. D.; Coelho, K. C; Souza, R. R. 2010. *Relações semânticas em ontologias: estudo de caso do Blood Project.* 86
Eloísa Bastos

Nota dos Editores

É com um enorme prazer e ânimo que apresentamos o novo volume da revista *elingUP*. O nono volume, e o primeiro de 2020, é lançado sob circunstâncias excepcionais de emergência nacional que resultou da situação pandémica mundial causada pelo novo coronavírus. Parece-nos importante deixar esta conjuntura social registada de forma a reiterar o esforço envolvido por todos na feitura deste volume, a quem gostaríamos de deixar expresso o nosso especial agradecimento. Mas não só. Este número, lançado neste tempo de exceção, reflete também a importância de dar continuidade à investigação e à busca de conhecimento. A Linguística não parou, antes terá ganhado mais força. Da mesma forma, estimulou, fortaleceu e uniu mais os editores desta revista, que apresentam este número ainda com mais vontade e ânimo de levar aos seus leitores a investigação feita pelos estudantes da Universidade do Porto.

Assim sendo, o presente volume da revista *elingUP* conta com quatro artigos científicos e uma recensão.

O primeiro artigo é da autoria de Bárbara Pinho, Marta Almeida e Rita Sá e intitula-se “Compreendendo o gerúndio: uma análise comparativa das orações periféricas com o gerúndio simples em PE e PB”. Neste artigo, as autoras procuram estudar alguns valores temporais do gerúndio simples.

O segundo artigo, de Violeta Amélia Magalhães, “Da semântica dos nomes coletivos em português europeu”, propõe não só uma abordagem teórica ao conceito de nome coletivo, como também uma análise empírica de alguns nomes coletivos.

O terceiro artigo, de Mariana Ribeiro, “Estruturas de controlo obrigatório de sujeito em orações infinitivas: uma perspetiva comparativa entre o português europeu e o inglês”, aborda questões sintáticas relativas à posição de sujeito em orações infinitivas.

O último artigo, “Anáfora associativa meronímica e anáfora associativa posicional: uma análise comparativa”, é da autoria de Rute Rebouças e analisa a anáfora associativa em textos autênticos.

A recensão deste volume é da autoria de Eloísa Bastos acerca do artigo de Maurício Barcellos Almeida, Livia M.D. Teixeira, Kátia Cardoso Coelho e Renato R. de Souza, intitulado “Relações semânticas em ontologias: estudo de caso do *Blood Project*” (2010), um

estudo que aplica a análise semântica de verbos à construção de ontologias no domínio da Hematologia e da Hemoterapia.

A entrevistada deste volume é a Professora Doutora Antónia Coutinho, professora associada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH, Departamento de Linguística), com investigação de relevo nas áreas da Linguística do Texto e do Discurso e da Didática da Língua. O seu trabalho aborda temas como a problemática dos géneros de texto, as questões de organização textual, a relação entre textos e discursos, a didática da escrita, seguindo o quadro teórico e epistemológico do Interacionismo Sociodiscursivo. Pela sua generosidade, simpatia e transmissão de conhecimento, a equipa editorial gostaria de mostrar o seu profundo agradecimento.

Assim, apresentamos neste volume diferentes aspetos de investigação nas áreas da Semântica, da Sintaxe e da Linguística de Texto. Esperamos que despertem curiosidade e sejam do agrado do leitor.

Os editores agradecem, mais uma vez, aos autores e aos avaliadores o trabalho que tiveram, assim como a confiança que têm tido em nós desde a criação da revista.

Entrevista à Professora Doutora Antónia Coutinho

A Professora Doutora Antónia Coutinho é Mestre em Literatura e Cultura Portuguesas e Doutora em Linguística – Teoria do Texto pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É também investigadora do grupo Gramática & Texto do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, tendo já



inúmeras publicações relevantes no conhecimento e análise de diferentes produtos textuais. O seu trabalho desenvolve-se, portanto, nas áreas da Teoria do Texto, da Didática da Língua (L1) e da Análise do Discurso, privilegiando sempre uma visão enquadrada pelo Interacionismo Sociodiscursivo. Entre vários temas de investigação já tratados, o seu trabalho constitui um enorme contributo para a problematização dos géneros de texto, de questões de organização textual e de relações que se possam estabelecer entre textos e discursos.

A presente entrevista foi elaborada pelas estudantes Beatriz Martins, Mariana Silva, Rita Cunha e Violeta Magalhães e, posteriormente, conduzida presencialmente pelas estudantes Mariana Ribeiro, Rute Rebouças e Violeta Magalhães no dia 21 de fevereiro de 2020 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Queremos agradecer à Professora Doutora Antónia Coutinho pela gentil receção que nos proporcionou e pela disponibilidade demonstrada ao longo de toda a entrevista através das relevantes respostas concedidas.

Muito bom dia, Senhora Professora Doutora Antónia Coutinho. Antes de mais, agradecemos imensamente ter aceitado o nosso convite para esta entrevista. A primeira pergunta que gostaríamos de colocar é a seguinte. A Senhora Professora tem inúmeros textos publicados nos quais aborda a noção de Linguística de Texto, problematizando vários conceitos e abordagens diferentes para a própria disciplina. Gostaríamos por isso de perguntar qual o posicionamento da Senhora Professora perante a Linguística de Texto. Isto é, que perspetivas adota e quais as que rejeita?

Talvez começasse por dizer que não fico muito confortável por pensar que rejeito uma perspetiva. Acho importante pensar que há várias perspetivas legítimas e não me reconheço o direito de rejeitar nenhuma. Isto dito, parece-me que há, naturalmente, conceitos e abordagens diferentes. Talvez distinguisse duas grandes tendências: uma, que, no fundo, toma o texto como um prolongamento da frase, no sentido em que os textos são feitos de frases, organizadas segundo determinados princípios e, portanto, há um desenvolvimento que privilegia o tipo de relações interfrásicas, partindo da hipótese de que esse tipo de mecanismo pode dar conta dos princípios organizativos ou da boa formação dos textos. Esta é uma hipótese que tem tradição nas chamadas Gramáticas Textuais e funciona sobretudo numa lógica de ligações e interligações entre frases ou entre grupos de frases. A outra tendência parte de um ponto de vista contrário, defendendo que os textos são objetos comunicativos em sentido amplo e acontecimentos sociais feitos de língua e, portanto, o que vem primeiro em termos de análise é essa dimensão social e comunicacional, que, para se realizar, precisa de recursos linguísticos. O movimento pode então ser da frase ao texto ou do social e comunicacional até ao linguístico ou microlinguístico. Estas são duas tendências que podem parecer opostas, mas que, em última análise, talvez sejam mais complementares. O lado comunicacional, por exemplo, não pode dispensar a análise e a manipulação dos recursos linguísticos. Talvez possa referir ainda uma outra tendência, que tem a ver com tipos de abordagens informáticas na área da Linguística de *corpus*, em que os textos são encarados como bases de dados, isto é, como o terreno onde se pode localizar determinado fenómeno. Apontei três perspetivas. Aquela em que eu trabalho é claramente aquela que parte da

perspetiva social, mas, na verdade, esta perspetiva não pode dispensar a outra, tem de incluí-la como um recurso, como um instrumento, como uma condição de trabalho.

Quais as dificuldades e/ou limitações que um linguista de Texto pode sentir no desenvolvimento do seu trabalho? E quais as perguntas de investigação para as quais procura resposta?

Penso que esta é uma excelente questão porque me leva a afirmar que trabalhar em Linguística de Texto é, de certa forma, muito ambicioso e um bocadinho arriscado. Trabalhar segundo uma perspetiva social e comunicacional ampla obriga a uma visão integrada e a um esforço para pensar: se um texto é um objeto social, que implicações é que isso tem no meu trabalho? Penso que essa é uma das questões para as quais procuro resposta. A Linguística de Texto, nesta perspetiva social, obriga também a pensar que, para dar conta de um objeto complexo como o texto, são precisos outros apoios, outros instrumentos, outra formação científica. E isso leva necessariamente ao estabelecimento de pontes com outras áreas científicas. No início da Linguística moderna, o grande objetivo foi identificar a Linguística como disciplina própria. A Linguística do Texto tenta fazer o movimento contrário, perguntando: em que é que a Linguística do Texto precisa de outras áreas?; como é que ela pode contribuir para outras áreas e para a própria Linguística?. Trata-se, no fundo, de trabalhar com um objeto complexo assumindo a sua complexidade. É claro que teremos sempre de fazer reduções metodológicas. Contudo, o texto obriga a que o tipo de reduções tenha em conta algum grau de complexidade, sob pena de perdermos o objeto de estudo. Compreender de que forma um texto/classe de textos funciona num determinado contexto social, qual a sua finalidade, de que forma é que um tipo de ligações entre frases contribui para um determinado objetivo são, no fundo, aquelas que continuam a constituir um desafio para a Linguística de Texto.

Num texto de 2017, “Da natureza heurística da teoria do texto”, a Senhora Professora fala de coesão textual, mas também das vantagens de a violar. Poderia dar-nos exemplos de casos paradigmáticos deste fenómeno?

Em geral, a descrição da coesão textual assenta sobre determinadas classes de textos: textos contínuos com uma determinada dimensão que obrigam a retomas anafóricas, cadeias anafóricas, etc. Mas, quando começamos a olhar à volta, começam a aparecer muitos casos que escapam à convencionalidade de algumas descrições. São textos da área da literatura, textos de publicidade e muitas vezes também textos do quotidiano. Parece-me que, tal como a coesão foi descrita, o tipo de descrições assenta em textos com determinadas características: textos literários canónicos ou textos de carácter académico. No entanto, creio também que quem trabalha em Linguística de Texto deve poder ter coisas a dizer sobre qualquer texto, isto é, sobre qualquer produção em língua natural. Recordo-me de uma colega que há algum tempo apresentou num colóquio uma análise de um poema com uma única palavra. É evidente que este tipo de objeto levanta problemas à análise e mostra também que a diversidade de textos coloca problemas que não são tradicionalmente colocados pela coesão. Por outro lado, pode haver outras formas de coesão. Eu analisei alguns *jingles* da TSF criados a partir de sessões da Assembleia da República que eram compostos por partes seleccionadas, cortadas e posteriormente montadas com uma finalidade humorística. Através da análise percebeu-se que muitas vezes a coesão resulta da alternância de vozes, de deixas que são ligadas, isto é, o texto parece que é incoerente porque mistura coisas, mas tem um princípio organizativo que muitas vezes funciona por absurdo e com outros mecanismos que não têm a ver com retomas ou com tipos típicos de coesão. O que eu quero dizer é que existem sempre recursos multimodais, pois todos os textos são multimodais em graus diferentes. Como a língua é usada para atingir determinadas finalidades numa situação concreta, acaba por ser uma questão verdadeiramente interessante para quem trabalha em Linguística. Isto dito, estou cada vez mais interessada na procura dos mecanismos linguísticos que fazem as especificidades dos textos enquanto objetos sociais e comunicativos.

Uma vez que os géneros textuais podem ser descritos através de sequências prototípicas, continuará a ser produtiva a noção de tipo de texto? Em que medida os três conceitos (género textual, tipo de texto e sequências prototípicas) continuam a ser relevantes e operativos na Linguística de Texto?

Eu talvez dissesse que a distinção entre tipo de texto e sequência prototípica já é um bocadinho coincidente. Pensando no trabalho de um dos autores que mais contribuiu para a divulgação destas noções nos últimos anos na Linguística de Texto francófona, que é Jean-Michel Adam, os textos organizam-se segundo vários critérios (ou módulos) e um deles é o da sequencialidade. A sequencialidade funciona partindo do princípio de que há sequências prototípicas, o que vem na mesma linha de trabalhos sobre prototipicidade linguística, semântica prototípica e estruturas estabilizadas. Já a ideia de tipo de texto corresponde a uma espécie de extensão da noção de sequência prototípica. Por exemplo, um texto que é feito só de sequências narrativas, em que as sequências que abrem e fecham são sequências narrativas, ou que se possa resumir através de uma sequência narrativa é um texto de tipo narrativo. Portanto, a ideia de tipo de texto acaba por tender a ser usada de duas formas diferentes: como sinónimo de sequência prototípica e como extensão da noção de sequência prototípica, correspondendo a um texto com várias sequências de um determinado tipo ou em que a sequência que abre e fecha é do mesmo tipo. Depois, o próprio Jean-Michel Adam afirma que não considera as sequências as peças centrais da descrição de textos. Isto não significa invalidar a utilidade da descrição através de sequências prototípicas, mas esclarecer que esse será (apenas) um aspeto entre outros. Daí que me pareça um bocadinho “abusivo” trabalhar com os textos usando só esse critério sequencial e tornando-o o aspeto absolutamente dominante. A questão dos géneros e dos tipos (ou sequências prototípicas) não implica que eles sejam propriamente incompatíveis. Determinados géneros de texto antecipam como altamente previsíveis determinadas organizações sequenciais, embora não necessariamente obrigatórias, porque nos textos não há propriamente obrigatoriedades absolutamente rígidas. Um exemplo fácil será pensarmos num conto, que previsivelmente obedecerá a uma estruturação sequencial de tipo narrativo. Eu evito dizer que se trata de um texto de tipo narrativo porque pode haver contos que tenham uma estrutura de outro tipo, mas, basicamente, quando estamos perante um conto ou um editorial, estamos a falar de géneros e podemos dizer que num caso e no outro previsivelmente haverá uma organização sequencial de um determinado tipo. Um conto será previsivelmente narrativo, um editorial será previsivelmente argumentativo. Depois, ainda há uma outra questão: se nós pensarmos em sequências prototípicas, o que é que estamos a dizer? Se pensarmos numa organização

sequencial narrativa, dizemos: há uma situação inicial, uma complicação, uma resolução e eventualmente uma moral. Mas pode acontecer que alguém produza um texto com características da ordem do narrar sem construir uma sequência. Se pensarmos no modo que as crianças têm de narrar (“fiz isto, e depois fiz aquilo, e depois fui não sei para onde, e a seguir fiz não sei o quê”, etc.), há uma narração com determinadas características de organização temporal marcada por formas linguísticas, por tempos gramaticais, por organizadores temporais ou localizadores temporais, mas não há uma sequência narrativa porque não há complicação, nem resolução, etc. Trata-se apenas de uma linearização de acontecimentos. E isto introduz a seguinte questão: a sequencialidade é uma forma de organização, mas não exclui outras possibilidades de uso da língua. É possível narrar e organizar esse narrar de uma forma prototípica ou não. Alguns géneros, como os livros de linhagem (um género caído em desuso hoje em dia), que são tipicamente da ordem do narrar, serviam essencialmente para registar matrimónios e nascimentos, mas, por exemplo, no livro de linhagens de D. Pedro, há o célebre episódio da Batalha do Salado, que tem todas as características da sequência prototípica narrativa (situação inicial, complicação, resolução). Isso mostra que os textos podem incluir organizações sequenciais diversas e que podem não coincidir necessariamente com uma sequência prototípica. Isto significa que sim, esses conceitos continuam a ser relevantes e operativos. Talvez os conceitos de género e tipo possam eventualmente colidir ou levantar alguns problemas, mas apenas quando são utilizados de uma forma não crítica, como se fossem sinónimos. Na verdade, ambas as opções, por um ou outro motivo, são válidas e só se tornam problemáticas quando se misturam orientações diferentes que tendem a colidir. Em geral, a noção de género é mais abrangente, implicando várias questões comunicacionais. O tipo de texto está normalmente apenas relacionado com o ângulo da sequencialidade. Se isso for suficientemente claro, não surgirão problemas. Depende também da forma como o trabalho e a descrição são conduzidos e explicitados e de como são metodologicamente orientados.

Os géneros textuais, associados a contextos sociais e dependentes de atividades profissionais, são tidos como dinâmicos, flexíveis e alteráveis ao longo do tempo. Os tipos de texto (ou sequências prototípicas) são tipicamente teóricos, estáveis e fixos. Contudo, até que

ponto é que poderemos considerar uniforme determinada sequência (descritiva, por exemplo)? Poderemos também problematizar a rigidez dos tipos de texto ou sequências prototípicas?

Em relação às sequências, há uma primeira questão que poderá passar pelo facto de elas tendencialmente serem fixas, mas, na verdade, não acontecerem sempre da mesma forma. Portanto, a rigidez nunca é absoluta. A bibliografia diz isso mesmo: numa sequência de um determinado tipo podem ocorrer todas as fases ou podem algumas estar omissas, sendo muito frequente a sua omissão. Logo, a rigidez das sequências prototípicas parece ser uma rigidez relativa. A outra questão que está aqui a ser colocada tem a ver com a própria ideia de sequência prototípica e implica um ponto de vista epistemológico, no sentido em que a própria noção aponta para uma representação mental de prototipicidade. Portanto, o que acontece com as sequências efetivamente produzidas é que, quando eu ouço ou escrevo ou leio um texto, posso dizer “Aqui está uma sequência!”, ou até “Isto nem parece uma sequência narrativa!” porque reconheço que aquilo é uma sequência prototípica, embora possa estar distante do protótipo que interiorizei. Portanto, a questão da rigidez, do ponto de vista da prototipicidade, está imediatamente colocada. Há uma estrutura e depois há maior ou menor proximidade em relação àquele elemento representado. A questão do dinamismo e da flexibilidade dos géneros põe-se de outra forma porque não parte da relação entre a representação cognitiva, mental, e a sequência textual produzida; ela equaciona as relações entre as atividades sociais e os produtos histórica e socialmente estabilizados, associados a essas atividades. Um determinado género, o artigo científico, por exemplo, tal como o conhecemos hoje, não é um produto estável no tempo. A atividade científica e a forma como as pessoas comunicavam a ciência há dois séculos tinham características muito diferentes - comunicava-se por carta, por exemplo. Os géneros partem de uma lógica do social, as pessoas vivem em sociedade, organizam-se em contextos sociais que têm determinadas finalidades e cada época tem as suas formas textuais de comunicar. Assim, esta flexibilidade não é uma flexibilidade que dependa em primeiro lugar da representação mental, mas antes da forma como os contextos sociais gerem, vão dando forma, pressionando ou sancionando, as formas textuais que reconhecem como válidas. Retomando o exemplo da comunicação de ciência, ela depende daquilo que a comunidade científica, numa determinada época, reconhece e usa

como forma de comunicar. Na verdade, são os contextos sociais que validam ou não validam uma forma textual e que vão impulsionando e gerindo de alguma forma essa flexibilidade, o que significa que os géneros vão mudando e se vão adaptando. Há atividades que exercem uma pressão mais coerciva e outras que são mais permissivas, e aqui o exemplo da atividade literária é interessante. O Classicismo obrigava à reprodução dos géneros, em termos literários, e isso instituiu determinadas práticas. Se hoje, na nossa contemporaneidade, os critérios de valorização do texto literário são outros, isso deve-se ao Romantismo. A não obediência a géneros canónicos ou o emergir de formas não propriamente classificáveis fazem parte da forma como, numa determinada época da nossa contemporaneidade, se lida com o papel destes formatos. Portanto, a diferença entre estas duas questões, tipos de texto e géneros de texto, tem a ver com o tipo de dimensões que estão a ser equacionadas. A primeira é uma questão de representação mental e da forma como essa representação é perceptível nos textos ou nas sequências textuais efetivamente produzidas como mais ou menos prototípicas; a segunda tem a ver com formatos que são mais ou menos estabilizados e que terão de ser, em primeiro lugar, validados, pressionados ou modificados pela própria prática social.

Estivemos até agora a falar do seu muito trabalho de investigação realizado na área da Linguística de Texto. Contudo, a Senhora Professora desenvolve também atividade na área da Didática da Língua, especialmente da Língua Materna. Seria possível falar-nos um pouco daquilo que mais a cativa nestas áreas? E de que forma estas se podem entrecruzar?

Eu sempre me interessei por questões de Didática, pois o meu percurso sempre foi esse. Quando fui estudar, queria ser professora (que é algo que parece agora menos habitual). Portanto, fiz a licenciatura e fui dar aulas. E gostei muito de dar aulas! Dei aulas em todos os ciclos e essa foi uma experiência que me enriqueceu muito. Quando comecei a trabalhar na faculdade, a questão do ensino e da forma de didatizar o conhecimento continuou a interessar-me, quer teoricamente, quer na prática. Depois, a Didática coloca à Linguística de Texto questões interessantes. Questões como o que possa ser educação literária, a forma de trabalhar com textos em sala de aula nos diferentes ciclos de ensino, o papel de ensinar a ler, a escrever e a falar no sentido de desenvolver as capacidades de oralidade, leitura e de escrita de textos de diferentes géneros como condição para uma cidadania madura, ativa, consciente e

crítica. Por um lado, implica tudo isto, mas, ao mesmo tempo, também implica, por todas as razões de que já falamos atrás, todo o trabalho de ensino de língua e de gramática. A Linguística de Texto, sem querer parecer arrogante, de alguma forma está em tudo, pois, na verdade, a Linguística de Texto trabalha com literatura, com texto não literário, com língua e com gramática. Nesse sentido, penso que é uma obrigação da Linguística de Texto trabalhar na disponibilização de material utilizável, não como receita, mas como apoio e como recurso, pois sabemos que a maior parte das colegas que trabalham no ensino básico e secundário não fazem investigação. É claro que se espera de toda a gente em geral e da classe docente em particular que se atualizem em termos científicos. Mas, por vezes, as pessoas têm as suas tarefas, o tempo preenchido e, não estando a fazer investigação, não podem fazer o trabalho todo desde o início. Há, então, uma parte de responsabilidade das instituições de ensino superior, das faculdades, dos centros de investigação, para operacionalizar esse conhecimento de forma a que ele possa ser útil a quem está a trabalhar noutros contextos. A Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi sempre uma referência nestas ligações entre a Linguística e a Literatura, com o papel da Professora Fernanda Irene Fonseca e do Professor Joaquim Fonseca e agora com outras pessoas que também dão continuidade, claro. Recentemente, temos novos impulsos, nomeadamente a área de linguagens e textos, que está identificada como uma área importante a trabalhar, o que vem validar o papel dos textos na formação e no espaço de aula de língua materna. Parece-me um bocadinho redundante pensar que seja preciso validar isto, mas, se calhar, nalguns casos seria necessário. A questão que me parece nem sempre tão consensual é a de que, de alguma forma, os programas continuam a dissociar muito o que é o literário e o que é outra coisa e, às vezes, até a dividir apenas entre o que é literário e o que é a gramática. Eu estou convencida de que tem de haver espaço para trabalho sistemático sobre algumas questões. Acho que faz todo o sentido que, de vez em quando, haja boas aulas de gramática, bem estruturadas, conduzidas de uma forma laboratorial, e que haja também aulas centradas especificamente em conteúdos literários. Mas depois, no meio disto, tem de haver também espaço para que possam ser trabalhadas a produção oral e escrita como condições para que as pessoas, quando terminam os seus percursos escolares, possam exercer o que estiverem a exercer na vida profissional com desenvoltura e com fluência. A escola tem essa função, como tem também a função de formar uma apetência literária, questões de gosto,

etc. O que me parece é que a Linguística de Texto tem, com certeza, um contributo a dar neste campo. Às vezes, faz-se o trabalho de análise literária só a nível das ideias, mas os textos literários, como os outros textos todos, são feitos de língua. Portanto, um dos desafios aqui é perceber como é que se consegue determinada finalidade através da mobilização de determinados recursos linguísticos. Podemos dizer a mesma coisa do literário. Provavelmente, pelo menos em alguns casos, o desenvolvimento do gosto estético e o desenvolvimento da capacidade de reconhecer a qualidade literária de um texto pode passar por reconhecer os recursos linguísticos que lá estão mobilizados, seja de forma mais ou menos canónica. E tudo isto é uma aprendizagem, e tudo isso nunca está completamente feito. Portanto, na verdade, todo este trabalho passa por alguma coisa, que me parece essencial, que é a relação com o texto, isto é, perceber o que é que lá está e como é que se opera com o que lá está. Por exemplo, em relação aos recursos expressivos, em vez de se tentar acertar num dos nomes que está na lista de recursos expressivos, parece-me mais importante, pelo menos numa lógica de progressão de aprendizagem, fazer o movimento contrário e pensar porque é que tal mecanismo desencadeia um determinado efeito. Depois percebe-se que esse mecanismo tem um nome e pode-se consultá-lo, pois as definições podem ser consultadas. O que não se vai poder consultar em lado nenhum é a capacidade de leitura e de interpretação. A Linguística de Texto tem de poder trabalhar com textos literários e textos não literários e tem a obrigação de contribuir para operacionalizar formas de trabalho. Quando eu digo operacionalizar, não é ter receitas, não é dizer que há exclusivamente uma forma de proceder, até porque acho que não há formas únicas de ação. Mas a Linguística de Texto, enquanto área de conhecimento em Linguística, tem não só de fazer o seu trabalho, como também um outro de seleção e operacionalização de conteúdos para os exportar para a Didática. Obviamente que, se falamos da complexidade dos textos, em princípio a descrição vai exigir também muitos elementos, portanto eles não se podem exportar todos pensando que, de repente, vai toda a gente ficar a saber tudo. Trata-se de um trabalho de identificação de aspetos que podem ser úteis para desenvolver a educação literária, a capacidade de leitura e de produção oral e escrita e o conhecimento explícito da língua. Repito que pode haver um trabalho organizado e sistemático sobre gramática, sobre o conhecimento da língua e pode haver momentos em que

esse conhecimento seja mobilizado como forma de apoio para a leitura, para a interpretação e para a produção. As duas vias podem ser complementares e não se excluem.

Entre 2012 e 2017, a Senhora Professora coordenou cursos de Mestrado em Ensino com português. Tendo em conta a situação atual da classe profissional dos professores em Portugal, que contribuição espera poder ter dado para a formação de profissionais do ensino?

Eu gostava de poder pensar que dei uma contribuição para a formação, mas aí acho que sou menos ambiciosa. Neste momento, já não estou a coordenar o curso, mas continuo ligada com algumas unidades curriculares como docente e faço parte do grupo de investigação Gramática e Texto do CLUNL, que tem tentado exportar alguns conteúdos para o ensino tentando aproximar-se da abordagem de que falava antes, isto é, fomentar um trabalho articulado, que não esteja demasiado desligado da materialidade da língua nem, pelo contrário, seja estritamente um trabalho de Linguística. Penso que ainda há muito trabalho a fazer e só com algum tempo é que será possível avaliar as vantagens e as desvantagens de alguns elementos. Eu sei que há experiências, noutros países, em que a introdução dos géneros de texto teve como consequência um trabalho muito desligado de tudo o que é gramática e apenas centrado no aspeto social. Gostaria que as experiências em Portugal pudessem ser integradas e aproveitadas de forma mais complementar. Com as devidas reservas, acho que alguma parte do trabalho com géneros de texto do grupo de investigação Gramática e Texto está introduzido de uma forma não parcelar, de uma forma que tende a articular as várias dimensões envolvidas e a dar o lugar necessário e adequado ao trabalho com a língua, seja com texto literário, seja com texto não literário. Eu não consigo perceber como é que o trabalho com a língua e com textos não passa, em algum momento, por análise da língua, seja qual for o género de texto. Portanto, a expectativa é a de que esta dialética entre o que podíamos considerar micro (as formas, os tempos gramaticais, etc.) e o macro (o que é o género, qual a estrutura do texto, que finalidades sociais tem, quem é que está a envolver) se possa desenvolver.

A Senhora Professora é Mestre em Literatura e Cultura Portuguesas. A relação entre Linguística e Literatura de que falava há pouco influenciou-a a enveredar pela Linguística de Texto? E como vê o casamento, muitas vezes assombrado por um divórcio, entre Literatura e Linguística?

Há bocadinho disse que fiz a licenciatura e fui dar aulas durante vários anos. E estava muito contente! Mas um dia acordei a pensar “preciso de estudar”. Então concorri a um mestrado em que não entrei. Na altura fiquei desesperada, achei uma injustiça enorme, mas acabei por concorrer a um segundo mestrado, no qual entrei, que foi o de Literatura e Cultura Portuguesas – Época Contemporânea. Na verdade, eu estava sobretudo interessada na literatura. Ao contrário de outras minhas colegas, não fiquei fascinada pela Linguística na licenciatura e hoje sei porquê: a Linguística que se fazia na altura era estrita. Mas, quando fui fazer o mestrado, tive um seminário que se chamava Análise Textual, que era conduzido por uma docente de Linguística e aí eu descobri um mundo. Descobri tudo o que havia para descobrir: as Teorias da Enunciação, a Pragmática, a Análise de Discurso, a Linguística de Texto. A novidade era tanta e tão avassaladora que houve um momento em que pensei que ia desistir, mas a professora desse seminário, que depois me orientou, a Professora Doutora Luísa Soares, convenceu-me a não o fazer. O que aconteceu nesse período foi que descobri uma outra Linguística, que me provocava, que fazia muita ligação com os textos e com a literatura onde eu estava habituada a movimentar-me. A parte engraçada do processo é que, depois de algumas condicionantes, vim para a faculdade dar aulas e, quando me instalei, regressei à outra Linguística. Por um lado, porque tinha de a ensinar e, por outro lado, porque, quando me instalei na área da Linguística de Texto, precisei de tudo o resto. Portanto, regressei à Sintaxe, à Semântica, à Morfologia com outro olhar. Este é um lado da história. O outro lado é o seguinte: quando alguém trabalha em Linguística de Texto, não deve excluir nada. Já estive em contextos em que as pessoas me disseram que só trabalhavam com texto literário ou que não trabalhavam texto literário. É claro que há fases de trabalho em que nos focamos mais sobre uma ou outra classe de textos, mas acredito que não faz sentido fazer exclusões.

Eu tenho um gosto particular pelo texto literário e estou cada vez mais interessada em desenvolvê-lo, até por causa dessa questão de o “casamento” ser muitas vezes assombrado por

um “divórcio”. Há linguistas, de quem já falei há bocado, que mostraram muito bem como esse divórcio não faz sentido. No entanto, é uma questão que fica sempre em aberto, que constitui sempre um desafio. E é também uma questão conjectural porque em diferentes contextos a própria Linguística de Texto evoluiu de forma diferente. Em alguns casos, mais por uma Linguística centrada em textos literários, próxima da Estilística, noutros por uma Linguística centrada em desenvolver questões de produção oral e escrita. Também acho que há um outro lado interessante, que é o facto de quem trabalha nas áreas da Literatura se estar a tornar mais sensível ao contributo que a Linguística pode dar. Espero não estar a ser injusta com ninguém, mas, às vezes, na área da Literatura também o divórcio estava muito estabelecido. Acreditava-se que a Linguística servia meramente para dizer como é que se escreve bem, o que é ou não correto, olhava-se para os linguistas como uma espécie de dicionários ambulantes e a Literatura não teria nada a ver com isso. Bem, parece-me que essa posição também tende a estar mais ultrapassada e a haver mais interesse de cooperação em ambos os lados. Eu penso que isso abre novas portas e oportunidades a não perder para desenvolver outro tipo de trabalho. O lado perverso disto e de tudo aquilo que tenho vindo a dizer é a dispersão, pois assumir que todos os textos interessam cria inevitavelmente alguma dispersão.

Tendo nascido de uma vontade intelectual e científica e pela necessidade de alargar o campo de análise a uma dimensão maior do que a frase, a Linguística de Texto vê desde há muito tempo a sua importância reconhecida em termos científicos. No entanto, como é que a Senhora Professora justificaria a importância da Linguística de Texto para uma melhor compreensão e interpretação da sociedade em geral?

Eu penso que essa questão se relaciona com o que dizia anteriormente sobre haver uma determinada imagem de quem trabalha em Linguística, que pode já estar ultrapassada, como alguém que serve para dizer o que está correto e o que não está correto. Nós que trabalhamos em Linguística ficamos com os cabelos em pé quando ouvimos isto, mas isso existe, ou existia. Depois, há outra dimensão que se impôs que é a de quem trabalha em Linguística trabalha em Gramática, o que é verdade, mas constitui apenas uma parte da história. Eu penso que, relativamente à Linguística de Texto, abre-se uma possibilidade de

aumento da amplitude da Linguística na sociedade. A Linguística de Texto pode ser útil para áreas diferentes (para o jornalismo, para a comunicação de ciência, para o ensino, para a didática) e até para perceber determinados tipos de relação social ou a comunicação em determinados contextos. Pode constituir uma mais-valia para diferentes áreas da vida em sociedade. É necessário, contudo, que haja canais que permitam a quem trabalha em Linguística de Texto comunicar com as áreas que possam beneficiar desse trabalho e é importante que socialmente também se reconheça progressivamente a Linguística como uma área de conhecimento que pode contribuir para dar respostas em determinadas áreas, pois um dos problemas é que a figura de linguista inclui ainda algum mistério. Voltando a algo que já disse, os textos estão em toda a parte e nós estamos permanentemente a comunicar oralmente e por escrito. Assim, algum conhecimento explícito não só sobre a língua, mas também sobre os textos pode ser útil em diferentes contextos de atividade de trabalho profissional. Eu creio que é preciso construir visibilidade recíproca e, para isso, quem é linguista precisa de ser capaz de estar “nos sítios certos à hora certa”, com as pessoas certas para que possam acontecer cruzamentos.

Que conselhos daria a um/uma estudante que inicia uma incursão pela Linguística de Texto? O que pode esperar um/uma estudante de Linguística dessa área?

Há um conselho, que não sei se é específico para alguém que inicia uma incursão na Linguística de Texto, mas que, apesar de tudo, gostava de dizer: gostar do que se faz. Eu acho que se trabalha melhor quando se gosta do que se faz. É claro que pessoas como nós, que trabalhamos num percurso académico, têm um privilégio que é, em geral, gostar do que fazem. No entanto, gostava de frisar esse ponto de que é importante entrar por aquilo de que se gosta ou, de uma forma mais ampla, por aquilo que nos provoca, seguindo as nossas próprias intuições. O outro lado do conselho é que nada se faz sem um trabalho cansativo, que nem sempre corresponde àquele pico alto que é aquilo de que gostamos verdadeiramente de fazer. Depois, estudar e continuar a estudar. E penso que assim terminamos com a questão inicial: trabalhar em Linguística de Texto é um bocadinho ambicioso e, por isso, o melhor conselho é pensar que só se pode trabalhar nesta área com modéstia, sabendo que ninguém sabe tudo e que as outras pessoas que trabalham noutras áreas sabem mais do que nós em

muitas questões. É necessário saber que lidamos com um objeto complexo, com muitas dimensões e que temos de estar disponíveis para enfrentar muito trabalho, fazendo um esforço constante de não negligenciar nenhuma dimensão de análise, mesmo que depois cada pessoa tenha de fazer as suas próprias escolhas. O objeto é complexo e ninguém lida com a complexidade toda, é necessário fazer opções e isso exige uma postura muito exigente, de construção, atualização e integração de conhecimento. O conselho é também o de que o trabalho em Linguística de Texto nos deverá obrigar a ter uma postura de travessia no arame, pois queremos trabalhar com texto, mas não podemos desequilibrar-nos. Temos de nos manter em equilíbrio, sabendo, contudo, que esta é uma travessia com rede. Teremos é de saber onde é que estão as redes, quais são as redes. Provavelmente isto é uma atitude científica, que é útil em qualquer campo de trabalho: saber que temos dúvidas, saber que outras pessoas que trabalham em áreas próximas ou afins podem ajudar a tirar dúvidas e que a ideia de trabalho colaborativo pode fazer a diferença. Sobre o que é que pode esperar um/uma estudante de Linguística de Texto? Eu serei muito suspeita, pois penso que trabalhar em Linguística de Texto é muito estimulante. Os textos vão sempre à frente da teoria, estão sempre a colocar novos problemas, a obrigar a repensar os problemas já existentes. A questão é que dá muito trabalho, mas, na verdade, tudo dá trabalho. Não quero com isto dizer que a Linguística de Texto dá mais trabalho do que outras áreas. Estarei apenas a tentar dizer que a Linguística de Texto tem o seu objeto próprio, mas, pela natureza desse objeto, compra o “pacote completo”. Portanto, é preciso estar preparado para isso. Depois, é muito desafiador, os textos são muito provocadores no sentido positivo e acaba por ser muito viciante porque os textos são dinâmicos, flexíveis e estão frequentemente a colocar estimulantes questões a quem os analisa.

COMPREENDENDO O GERÚNDIO UMA ANÁLISE SEMÂNTICA COMPARATIVA DAS ORAÇÕES PERIFÉRICAS COM O GERÚNDIO SIMPLES EM PE E PB

Bárbara Pinho¹

up201703028@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

Marta Almeida²

up201704813@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

Rita Sá³

up201704616@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Este estudo direciona o seu foco para os valores temporais que o gerúndio simples pode exibir em orações gerundivas periféricas, comparando dados de textos jornalísticos de duas variedades do Português: Português Europeu e Português do Brasil. Para isso, foram analisadas 50 frases de ambas as variedades. De acordo com a pesquisa realizada, as orações gerundivas periféricas assumem os mesmos valores temporais, embora com frequências e distribuições diferentes. Há, contudo, duas características que são comuns aos dados das duas variedades do Português: nas duas, a simultaneidade é a mais frequente e as orações gerundivas encontram-se, maioritariamente, em posição final.

PALAVRAS-CHAVE. Orações Gerundivas Periféricas, Valor Temporal, Variedades do Português.

ABSTRACT. This study focuses on the temporal values that the simple gerund can exhibit on peripheral gerundive clauses, comparing journalistic texts of two varieties of the Portuguese language: European Portuguese and Brazilian Portuguese. In order to do that, 50 sentences from a corpus of the two varieties have been analysed. According to our research, peripheral gerundive clauses display the

¹ Estudante do 2.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, variante de Linguística.

² Estudante do 1.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, variante de Linguística.

³ Estudante do 2.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, variante de Linguística.

same temporal values, although with different productivity and distribution. Nonetheless, in both varieties, simultaneity is the most productive, and gerundive clauses are usually in final position.

KEYWORDS. Peripheral Gerundive Clauses, Temporal Value, Varieties of Portuguese.

1. Introdução

As orações subordinadas adverbiais gerundivas em Português Europeu e Português do Brasil têm sido objeto de alguns estudos de natureza sintática (Lobo 2003) e semântica (Leal 2001/2015, Leão 2018, por exemplo) que têm contribuído para um melhor entendimento destas estruturas.

Este estudo apresenta-se como mais um contributo para a caracterização semântica de um subtipo destas orações: as orações gerundivas periféricas. Assim, o principal objetivo deste trabalho é descrever algumas propriedades temporais das orações gerundivas periféricas com gerúndio simples em duas variedades do Português: o Português Europeu (PE) e o Português do Brasil (PB).

Neste sentido, selecionamos dois *corpora*, um de cada variedade, donde foram extraídas frases com orações gerundivas periféricas. Para diminuir as variáveis do estudo, preferiu-se restringir a amostra apenas ao texto jornalístico. De seguida, foram estabelecidos os parâmetros de análise: a posição da oração gerundiva e as relações temporais.

O trabalho está organizado da seguinte forma: na secção 2, fazemos uma breve revisão da literatura quanto às propriedades consideradas neste estudo; na secção 3, apresentamos o estudo, descrevendo o *corpus*, a metodologia e os resultados, e, na última secção, referimos algumas conclusões.

2. Enquadramento teórico

O gerúndio é caracterizado por ser uma das três formas verbais “tradicionalmente classificadas como não finitas” (Lobo 2003: 243). É uma das “formas verbais que na variedade padrão do Português não manifestam concordância de pessoa (Lobo 2003: 243), com exceção do gerúndio flexionado (típico de alguns dialetos)⁴, que apresenta

⁴ O Gerúndio Simples e o Composto apresentam formas flexionadas em algumas regiões do Alentejo (Leal 2001: 9) e em dialetos insulares e meridionais, como o dialeto algarvio e ribatejano (Lobo 2016).

morfologicamente concordância de pessoa (Lobo 2016)”. É formado através da adição da desinência *-ndo* a um tema verbal.

Pode ter uma forma simples (*lendo*) ou uma forma composta, o gerúndio composto, que é formada pelo verbo auxiliar *ter* no gerúndio, seguido pelo verbo principal no particípio (*tendo lido*) (Oliveira 2013: 549). Ainda que morfologicamente não apresente marcas de temporalidade (Oliveira 2013: 549), por defeito estabelece uma relação de simultaneidade que, contudo, pode ser alterada dependendo do tipo de estrutura com que coocorre (Leal 2001: 165).

De acordo com Lobo (2003: 248-249), o gerúndio pode ocorrer em orações adjuntas, que podem ser de predicado (ou não periféricas), de frase (ou periféricas) e de ‘posterioridade’ (ou ‘coordenadas’). Neste trabalho, debruçar-nos-emos apenas sobre as orações gerundivas periféricas. Estas orações apresentam valores como causa ou tempo e ocorrem normalmente em posição inicial (1); contudo, quando são precedidas de pausa, podem ocorrer em posição final (2) (Lobo 2003: 248-249). No entanto, a autora refere que estas orações podem apresentar também valores de condição e concessão (Lobo 2003).

- (1) *Estando as crianças doentes*, não poderemos ir à festa. (Lobo 2003: 249)
- (2) A Maria desmaiou, *batendo com a cabeça na esquina da porta*. (Oliveira 2013: 550)

Quanto às características temporais, as orações gerundivas periféricas podem exprimir uma relação de anterioridade (3), de simultaneidade (4) ou de posterioridade (5) relativamente à oração principal (Mateus 1989: 84-86; Cunha & Cintra 1994: 488-489; Oliveira 2013: 550).

- (3) *Batendo com a cabeça na esquina da porta*, a Maria desmaiou.
- (4) A Maria faltou ao trabalho, *estando* doente.
- (5) A Maria desmaiou, *batendo com a cabeça na esquina da porta*.

Oliveira (2013: 550)

Já Neto e Foltran dizem que, no PB, quando está presente uma relação temporal entre a oração gerundiva e a principal, pode haver uma relação de anterioridade ou posterioridade. (Neto e Foltran 2000: 731).

O valor temporal da oração gerundiva periférica está, por norma, dependente da sua posição na frase (Cunha & Cintra 1994; Oliveira 2013). Quando a oração gerundiva periférica

se encontra em posição inicial, pode haver uma relação de simultaneidade ou de anterioridade, como podemos observar em (1) e em (3), respetivamente; quando a mesma ocorre em posição final, pode haver uma relação de simultaneidade ou de posterioridade, e pode até ser possível de anterioridade, como acontece em (4) e (5) (Mateus 1989: 84-86; Cunha & Cintra 1994: 488-489; Oliveira 2013: 550).

3. Estudo

3.1. Recolha dos dados

Na recolha de dados para executar o estudo sobre os valores temporais das orações gerundivas periféricas com gerúndio simples, foi adotada uma metodologia formal de análise com recurso a *corpora* de textos jornalísticos.

O processo de seleção da nossa amostra assentou em dois *corpora*. O CETEMPúblico, para a variedade do Português Europeu, e o CETENFolha, para a variedade do Português do Brasil. De cada um destes *corpora* foram retiradas as primeiras 150 frases e, posteriormente, retiraram-se todas as que não se inseriam nos critérios de análise (frases que continham gerúndio composto, orações que não se classificassem como orações gerundivas periféricas, entre outras). Das frases restantes, foram selecionadas 50 de cada *corpus* de forma aleatória. Assim, a nossa amostra ficou restrita a um total de 100 frases com orações gerundivas periféricas – 50 de textos do Português Europeu, e outras 50 de textos de Português do Brasil.

3.2. Análise dos resultados

A análise dos dados focou-se em dois parâmetros essenciais: o valor temporal da oração gerundiva relativamente à oração principal e a posição que a oração gerundiva ocupa na frase. Os exemplos de (6) a (12) ilustram os dados recolhidos nos dois *corpora* ((6) a (9) do PE, (10) a (12) do PB). Estes exemplos servirão para demonstrar o tipo de análise que foi realizada.

- (6) No meio-campo foi «rei e senhor», muitas vezes vulgarizando futebolistas de nome feito no futebol português [...]. (CETEMPúblico, Ext 3617 (nd, 92a))
- (7) Rejeitando a tendência reformista que varre a Europa, o partido, conhecido pelas suas iniciais KKE, vai substituir quase metade dos 111 membros do Comité Central por reconhecidos elementos da linha dura. (CETEMPúblico, Ext 205502 (nd, 91b))

- (8) Os responsáveis da Universidade dos Açores temem que o mau tempo possa originar mais escorregamentos de terras, pondo em perigo algumas das casas da localidade. (CETEMPúblico, Ext 237488 (soc, 98a))
- (9) O acidente ocorreu à saída da cidade, quando um pronto-socorro de primeira intervenção, assinalando marcha de urgência, chocou, num cruzamento, num veículo da Escola de Condução Bavi, por, segundo uma testemunha ocular, o carro dos bombeiros não ter conseguido travar a tempo e ter deslizado, no piso molhado. (CETEMPúblico, Ext 1530670 (soc, 92a1))
- (10) O novo presidente pode até optar por pagar estes juros com emissão de títulos da dívida interna, liberando a receita disponível para outras coisas. (CETENFolha, 94a2)
- (11) Os advérbios são as palavras utilizadas para a expressão das circunstâncias em que ocorre uma ação, especificando o sentido do verbo, ou ainda são palavras utilizadas para a amplificação do sentido de um adjetivo. (CETENFolha, 103935)
- (12) Só que Romário perdeu o pênalti, batendo fraco. (CETENFolha, 27712)

Quanto ao primeiro parâmetro de análise, as orações gerundivas das frases (6), (9) e (11) exprimem, relativamente às respetivas orações principais, valores temporais de simultaneidade; as orações gerundivas das frases (7) e (12) exprimem valores de anterioridade; e as orações gerundivas das frases (8) e (10) exprimem valores de posterioridade⁵.

Por último, as frases (6), (8), (10), (11) e (12) contêm orações gerundivas em posição final. A frase (7) contém uma oração gerundiva em posição inicial, enquanto que a frase (9) contém uma oração gerundiva em posição medial.

A segunda fase do tratamento de dados consistiu no cruzamento dos parâmetros de análise, para ver as relações estabelecidas entre a posição da gerundiva e a sua leitura temporal.

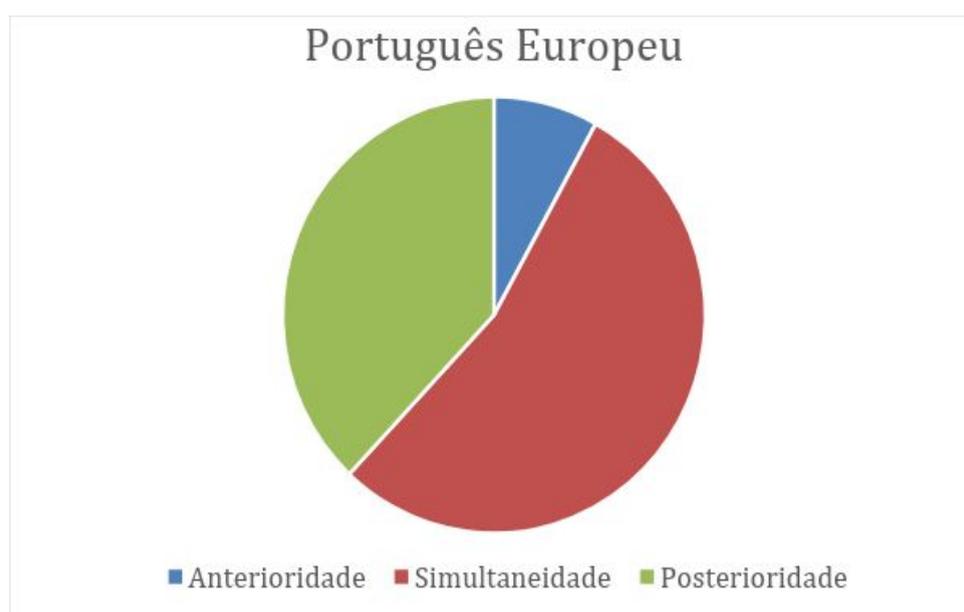
3.2.1. Valor temporal expresso pela oração gerundiva relativamente à principal

No conjunto das frases analisadas, 49 frases exprimem relações de simultaneidade, 33 exprimem relações de posterioridade e 18 exprimem relações de anterioridade.

⁵ As leituras dos dados do PB foram verificadas por um falante desta variedade.

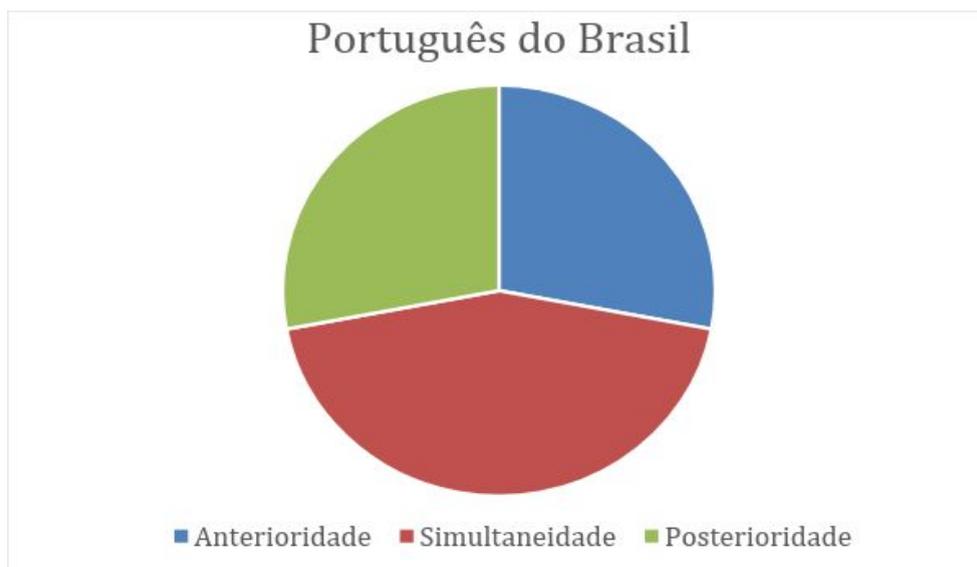
Na variedade do Português Europeu, regista-se a ocorrência de 27 frases que exprimem relações de simultaneidade, 19 que exprimem relações de posterioridade, e apenas 4 a exprimirem relações de anterioridade. Em percentagem, nesta variedade, 54% das frases assumem relações de simultaneidade, contra 27% de relações de posterioridade e 8% de relações de anterioridade (cf. Gráfico 1).

GRÁFICO 1. Esquema da variação de relação temporal estabelecida pela oração gerundiva relativamente à oração principal no Português Europeu.



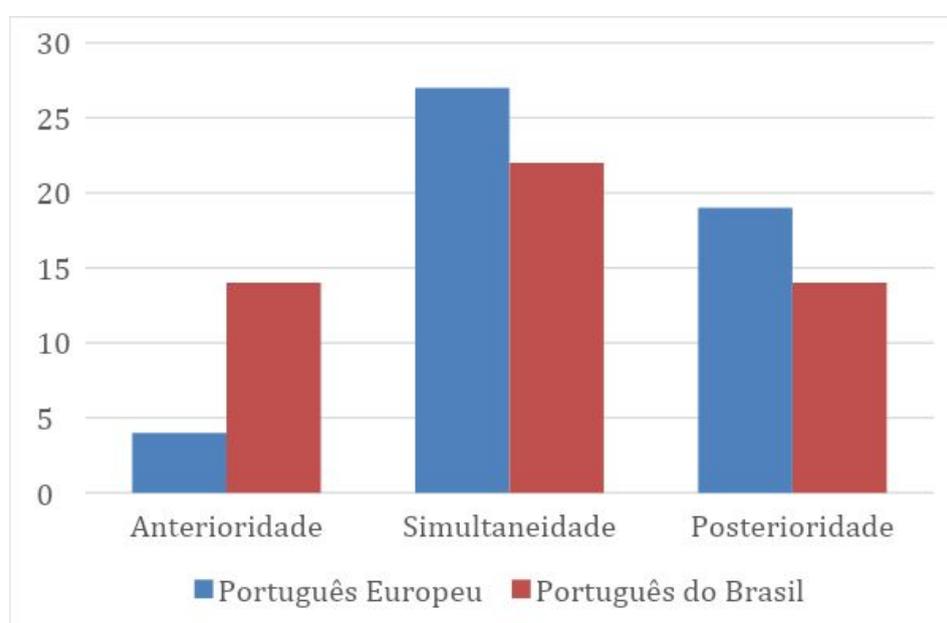
Na variedade do Português do Brasil, 22 frases assumem relações de simultaneidade entre elas, seguido dos valores de posterioridade e de anterioridade com 14 frases cada um. Em termos percentuais, 44% da amostra é constituída por frases com orações em relação de simultaneidade, 28% por frases com orações em relação de posterioridade, e os restantes 28% por frases com orações em relação de anterioridade (cf. Gráfico 2).

GRÁFICO 2. Esquema da variação de relação temporal estabelecida pela oração gerundiva relativamente à oração principal no Português do Brasil.



Comparando as duas variedades (cf. Gráfico 3), salienta-se o grupo de frases com relações de anterioridade: o Português Europeu regista apenas 4 frases deste tipo, por oposição ao Português do Brasil, que regista 14 frases deste tipo.

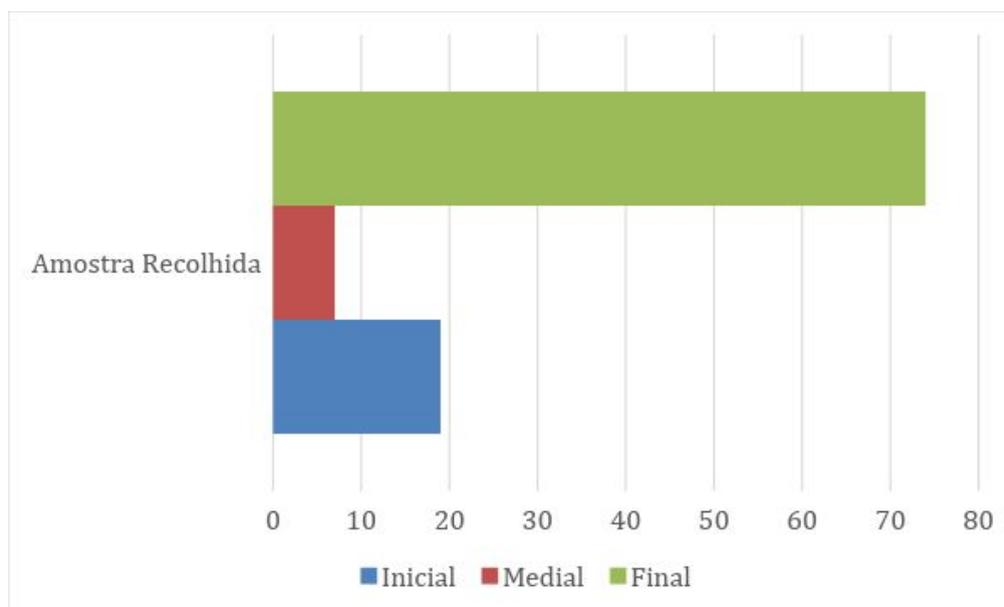
GRÁFICO 3. Esquema da variação de relação temporal estabelecida por orações gerundivas relativamente à oração principal nas duas variedades do Português.



3.2.2. Posição da oração gerundiva na frase

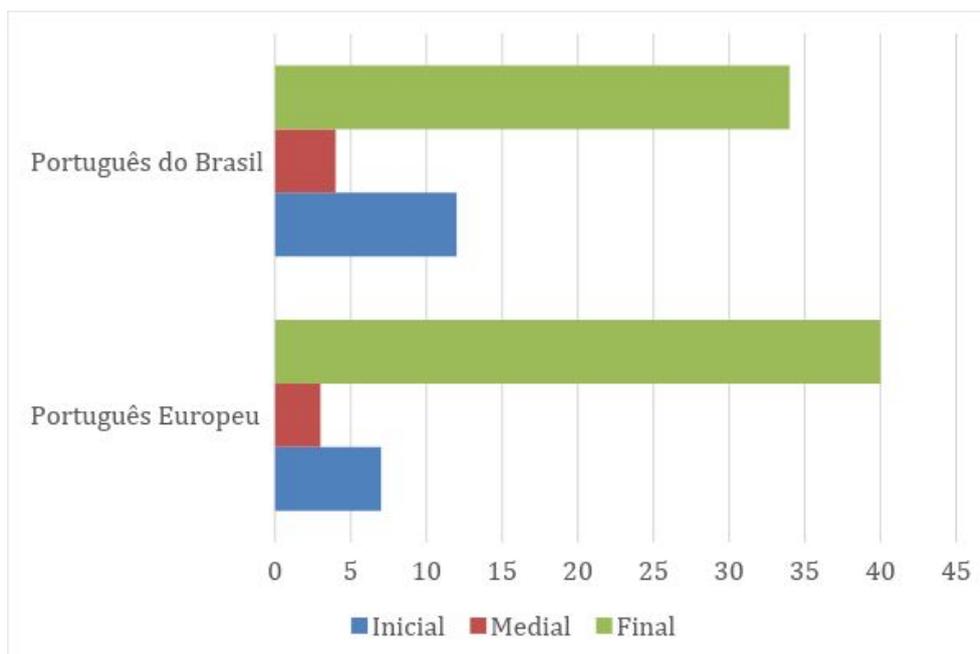
A posição da oração gerundiva da frase apresentou-se como um importante parâmetro de análise, na medida em que se postula que este pode influenciar o valor temporal da frase. Analisando o total da amostra (cf. Gráfico 4), torna-se evidente que mais de metade da mesma é constituída por frases com orações gerundivas em posição final (74 frases). As orações gerundivas em posição medial são as mais escassas, com um total de 7 frases. As restantes 12 frases correspondem a frases com orações gerundivas em posição inicial.

GRÁFICO 4. Ocorrência de orações gerundivas em posição inicial, medial ou final no total da amostra recolhida.



Comparando as duas variedades do Português alvo deste estudo, não há grandes diferenças a serem destacadas, como se pode ver no Gráfico 5.

GRÁFICO 5. Ocorrência de orações gerundivas em posição inicial, medial ou final por variedade do Português.



O Português Europeu regista um total de 40 frases com a oração gerundiva em posição final e o Português do Brasil um total de 34 frases. A posição medial regista 3 frases no Português Europeu e 4 frases no Português do Brasil. Por último, a posição inicial conta com 7 frases no Português Europeu e 12 no Português do Brasil. Da análise destes resultados levanta-se outra questão: será que o número de frases com orações gerundivas em posição inicial no Português do Brasil se relaciona com uma maior existência de frases com orações em relação de anterioridade e, portanto, a posição da gerundiva está relacionada com o valor temporal expresso pela mesma? Procuraremos dar uma resposta a esta questão na secção seguinte.

3.2.3. Cruzamento dos dados

Como já foi referido anteriormente, Cunha & Cintra (1994) e Oliveira (2013) consideram que o valor temporal da oração gerundiva periférica depende geralmente da sua posição na frase. Deste modo, para responder às questões levantadas, optou-se por fazer um cruzamento dos dados que já haviam sido obtidos. Assim, cruzaram-se os dados relativos à posição da oração gerundiva periférica relativamente à oração principal, com o intuito de

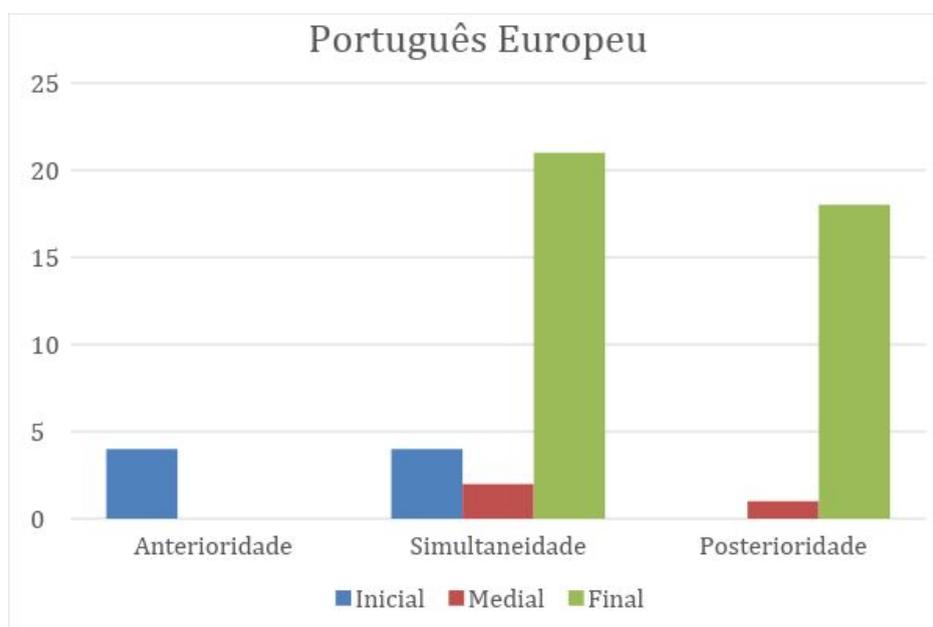
averiguar qual a posição da oração gerundiva mais utilizada. É nesta fase que as duas variedades do Português divergem.

Recorde-se que a variedade do Português Europeu registou um total de 4 frases com valor de anterioridade, 27 com valor de simultaneidade e 19 com valor de posterioridade. Recorde-se, também, que, no Português Europeu, mais de metade da amostra continha frases com orações gerundivas em posição final. Quando comparados os dois parâmetros de análise, verifica-se que o valor temporal de simultaneidade pode ocorrer com orações gerundivas em qualquer posição (seja inicial, medial ou final), como acontece nas frases de (16) a (18). Porém, o mesmo não se verifica com os valores de anterioridade e posterioridade. O Português Europeu, para além de registar somente 4 frases com o valor de anterioridade, todas elas contêm a oração gerundiva em posição inicial, como na frase (13). Por sua vez, o valor de posterioridade, que se apresenta bem mais produtivo nesta variedade, contém apenas uma frase, das 19 da amostra, com a oração gerundiva em posição medial, na frase (14). As restantes estão todas em posição final, frase (15), como dito em Leal (2001/2011). Daqui, é legítimo indagar que a posição da oração gerundiva na frase possa estar intimamente ligada ao valor por ela expresso. O Gráfico 6 sistematiza os números obtidos a partir do cruzamento dos dois parâmetros analisados.

- (13) Reconhecendo não ter visto o filme, o patriarca Alexei II declarou que os anúncios foram suficientes para se compreender que se tratava de uma «obra erótica». (CETEMPúblico, Ext 802069 (pol-97b-1))
- (14) O deixar de viver «à sombra do mosteiro», arranjando novas soluções de atracção turística, foi outra das sugestões lançadas pelo autarca (CETEMPúblico, Ext 257965 (soc-92a-2))
- (15) O Benfica venceu ontem o FC Porto por 2-1, pondo um ponto final na série de jogos sem perder que os portistas traziam até ao Estádio da Luz (53). (CETEMPúblico, Ext 341412(des-96a-2))
- (16) Gozando «da vantagem de estar protegidos pela esfera tutelar da Universidade», põe-se a hipótese de serem pagos pelo índice 80. (CETEMPúblico, Ext 259596 (soc-94b-1))
- (17) Esta «abertura» à discussão e troca de pontos de vista, atravessando toda a sociedade, é perfilhada ainda com mais vigor por Pereira de Almeida -- citologista no Instituto Português de Oncologia de Lisboa. (CETEMPúblico, Ext775005(soc-94a-1))

- (18) A Surfrider orgulha-se de ter ganho o maior processo ambiental de sempre, condenando duas fábricas que despejavam produtos tóxicos no mar. (CETEMPúblico, Ext 370526(des-96b-2))

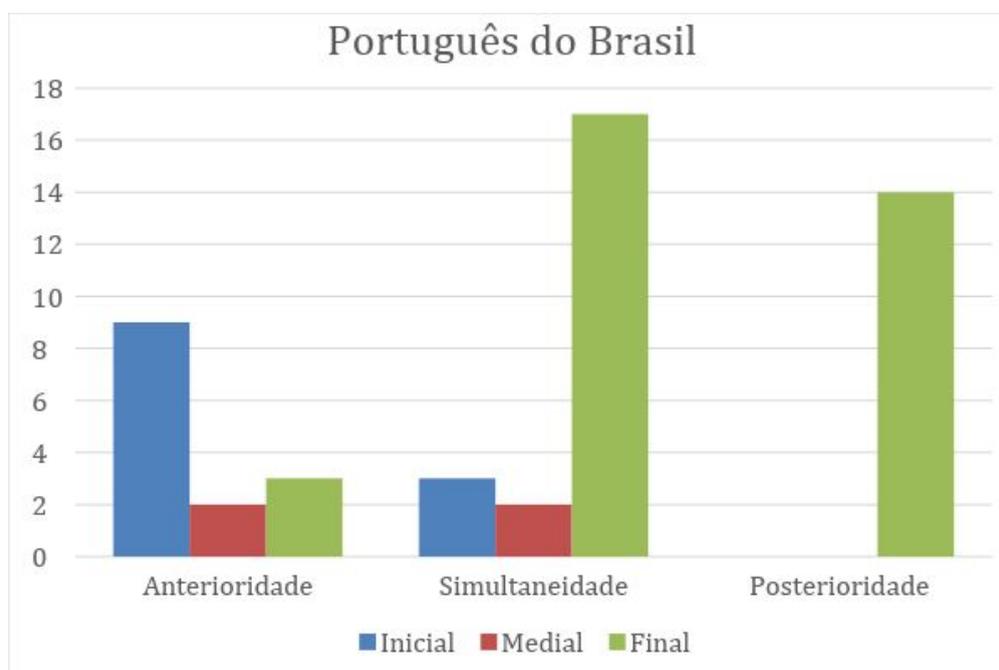
GRÁFICO 6. O valor temporal da oração gerundiva tendo em conta a sua posição em Português Europeu.



No que diz respeito à variedade do Português do Brasil, recorde-se que se registou um total de 22 frases com valor de simultaneidade, seguido de 14 com valor de posterioridade e outras 14 com valor de anterioridade. Para além de, nesta variedade, o número de frases com valor de anterioridade ser significativamente mais elevado que na variedade europeia, verifica-se que no Português do Brasil é possível a existência de frases deste tipo com orações gerundivas em qualquer uma das posições, como nos exemplos (19) a (21), ainda que a posição inicial seja a mais produtiva. Porém, e ao contrário da variedade europeia, o Português do Brasil só permite frases com valor de posterioridade com orações gerundivas em posição final, frase (22) (cf. Gráfico 7). Relativamente às frases com valor de simultaneidade, as duas variedades do Português revelam resultados semelhantes: ambas permitem que a oração gerundiva esteja em qualquer uma das posições, frases (23) a (25), embora a mais produtiva seja a posição final.

- (19) Percebendo o que passava n'alma do estrangeiro, Araquém acendeu o cachimbo e travou do maracá: (CETENFolha, 118038)
- (20) Aos 27 min do segundo tempo, alegando falta de segurança no estádio do primeiro, o árbitro suspendeu o jogo . (CETENFolha, Esporte-94b-1)
- (21) Só que Romário perdeu o pênalti, batendo fraco. (CETENFolha, 27712)
- (22) O dólar comercial avançou 1,19 % na última semana, reduzindo o deságio em relação ao real para 6,6 %. (CETENFolha, 94a-1)
- (23) Analisando a revolução russa, Camus vê no comunismo a ambição de edificar, após a morte de Deus, uma cidade do homem enfim divinizado. (CETENFolha ,39142)
- (24) Enquanto a cúpula do PMDB buscava reforçar Luiz Carlos Santos acatando no Senado seu pedido para o adiamento da votação de propostas como a regulamentação das medidas provisórias (CETENFolha,135371)
- (25) Em São José dos Campos, ontem também foi o dia mais frio de 94, com a temperatura chegando a 11,5° C. (CETENFolha .Cotidiano--94b-1)

GRÁFICO 7. O valor temporal da oração gerundiva tendo em conta a sua posição em Português do Brasil.



4. Conclusões

Esta investigação teve como intuito perceber quais seriam os valores temporais expressos e mais utilizados pelos falantes de duas variedades do Português, ou seja, PE e PB, em orações gerundivas periféricas com o gerúndio simples. Para isso, foi decidido realizar a pesquisa em textos jornalísticos num *corpus* linguístico, selecionando 50 frases de cada variedade (CETEMPúblico para PE e CETENFolha para PB). Feita essa recolha, fez-se a análise das mesmas, tendo em conta a relação temporal entre a oração gerundiva e a oração principal e a posição da oração gerundiva na frase.

É possível observar através da análise realizada que as orações gerundivas periféricas assumem os mesmos valores nas duas variedades do Português, que são a anterioridade, simultaneidade e posterioridade. Contudo, esses valores temporais assumem frequências e distribuições diferentes nas orações, relativamente à sua posição, sendo a relação temporal mais comum a de simultaneidade. Quanto à posição, as orações gerundivas periféricas ocupam maioritariamente posição final na frase, tanto em Português Europeu como em Português do Brasil.

Quanto ao valor temporal da oração gerundiva, o nosso estudo mostra que também podemos encontrar relações de simultaneidade na variedade do Português do Brasil, contrariando, assim, o que foi afirmado por Neto e Foltran (2000). Quanto ao PE, a nossa análise vai ao encontro do que é defendido por Leal (2001), quando escreve que o gerúndio simples tem o traço Presente, conduzindo por defeito a relações de simultaneidade (Leal 2001: 16-17). Quanto à relação entre a posição da gerundiva e o seu valor temporal, ainda que este estudo apresente dados que apoiem, maioritariamente, o que é referido no enquadramento teórico, isto é, que, usualmente, a relação temporal depende da posição em que a oração gerundiva se encontra na frase, ele também levanta algumas questões.

No futuro, pretende-se fazer uma análise mais exaustiva com uma amostra maior para validação destes resultados e com outros parâmetros de análise, nomeadamente a influência que os tempos verbais exercem no valor temporal das gerundivas para um melhor entendimento das propriedades semânticas deste tipo de orações. Para além disso, seria produtivo fazer uma comparação entre orações periféricas gerundivas com o gerúndio simples

e o gerúndio composto para aferir as diferenças relativamente ao seu comportamento semântico.

REFERÊNCIAS

- Cunha, C.; Cintra, L. 1994. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. (10.^a ed.). Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Duarte, I. 1989. A categoria linguística tempo. In Mateus, M.; Brito, A.; Duarte, I.; Faria, I. (eds.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 76-89.
- Leal, A. 2001. *O valor temporal das orações gerundivas em português*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Leal, A. 2015. O valor temporal das orações gerundivas em Português. In Silvano, P. & Leal, A. (Eds.). *Estudos de Semântica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, 55-62.
- Leão, R. C. 2018. *A semântica das construções gerundivas no Português Europeu e no Português do Brasil*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Lobo, M. 2003. *Aspectos da sintaxe das orações subordinadas adverbiais do português*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa.
- Lobo, M. 2001. Aspectos da sintaxe das orações gerundivas adjuntas do Português. *Atas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 247-265.
- Neto, J. B.; Foltran, M. J. 2000. Construções com gerúndio. *Colóquio Português Europeu / Português Brasileiro: Unidade e Diversidade na Passagem do Milénio*. Lisboa: APL, 723-725.
- Oliveira, F. 2013. Tempo verbal. In Raposo, E., Nascimento, M., Mota, M., Segura, L., Mendes, A. (eds.), *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 509-553.

DA SEMÂNTICA DOS NOMES COLETIVOS EM PORTUGUÊS EUROPEU⁶

Violeta Amélia Magalhães⁷

violetadmag@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Neste trabalho será abordado o tema dos nomes coletivos. Partiremos de uma análise dos critérios que tradicionalmente definem esta classe lexical, dando conta de limitações desses parâmetros na descrição de alguns nomes. Nesse sentido, apresentaremos algumas possibilidades teóricas com base em Ritchie (2013, 2014, 2017) para definir um nome coletivo. De seguida, elencaremos também as principais características semânticas dos nomes *público*, *equipa*, *comissão* e *grupo*, analisados a partir de enunciados reais retirados do CETEMPúblico. O principal objetivo deste trabalho é problematizar algumas das generalizações sobre os nomes coletivos, procurando mostrar como esta é uma classe diversa, composta por elementos distintos.

PALAVRAS-CHAVE. Nomes Coletivos, Semântica do Sintagma Nominal, Polissemia Coletiva.

ABSTRACT. In this paper we will discuss collective nouns. We will start by analyzing the traditional definition of this class, accounting for some limitations in the description of some collective nouns. We will present theoretical approaches based on Ritchie (2013, 2014, 2017) that can help defining a collective noun. We will also list the main semantic characteristics of the nouns *público*, *equipa*, *comissão* and *grupo*, based on an analysis of real sentences gathered from CETEMPúblico. The aim of this paper is to reflect on some generalizations about collective nouns, trying to show the diversity of the class.

KEY-WORDS. Collective Nouns, Noun Phrase Semantics, Collective Polysemy.

1. Introdução

Os nomes coletivos constituem uma categoria semântico-lexical que designa coleções ou grupos de entidades e têm uma gramaticalização específica na língua que os distingue de outros tipos de nomes e que decorre de uma oposição ontológica entre entidades coletivas e

⁶ Gostaríamos de deixar expresso o nosso agradecimento ao revisor deste artigo pelos comentários deixados que, pelo seu detalhe e utilidade, em muito contribuíram para a versão final que agora apresentamos.

⁷ Estudante do 1.º ano do curso de Mestrado em Linguística.

individuais. Porém, as justificações linguísticas para esta classe encontram muitas vezes dificuldades na descrição dos elementos que a compõem. Por outro lado, nem sempre um nome que denota uma entidade coletiva adquire o comportamento gramatical da classe.

Neste trabalho, procuramos refletir sobre o que é um nome coletivo e sobre quais os argumentos linguísticos que servem a sua definição, mostrando também como nomes coletivos do mesmo tipo apresentam diferentes comportamentos linguísticos.

Na secção que se segue revistaremos algumas das tradicionais definições de um nome coletivo, refletindo sobre problemas que essas mesmas definições espoletam. De seguida, apresentaremos a proposta teórica de Ritchie (2013, 2014, 2017), que poderá contribuir para a melhor compreensão da classe dos nomes coletivos. Já na quarta secção, apresentaremos os resultados mais relevantes de uma análise efetuada sobre um conjunto de frases retiradas do *corpus* CETEMPúblico envolvendo os nomes *público*, *equipa*, *comissão* e *grupo*. Por fim, serão avançadas as considerações finais no sentido de se levantar questões para investigações futuras.

2. O problema

Os nomes coletivos são um tipo de nomes que denotam entidades coletivas, não constituindo, porém, um universal linguístico. Assim, um nome coletivo numa língua pode deixar de o ser noutra. Veja-se o caso de *jewellery* em inglês, cujo correspondente em português - *joalheria* - tem uma denotação diferente, não designando uma coleção de joias, mas antes o local onde se pode comprar uma, ou a oposição entre *furniture* (também em inglês), um nome apenas coletivo e não contável, e *mobília*, que, em português, consiste num nome que apresenta a qualidade de ser contável. Para além disso, o traço [+coletivo] pode até constituir uma terceira categoria morfológica para além do singular e do plural, em línguas como o árabe, por exemplo (Vries, 2018). Mesmo em Português Europeu a atribuição da designação coletivo a um nome não é consensual. Veja-se por exemplo a proposta de Lopes (2005a: 48), que inclui um tipo de coletivos designados “coletivo de parte plena de conjunto básico” onde se insere o nome “humanidade” – não considerado neste trabalho como tal – com a seguinte definição: “o conjunto de todos os seres humanos vivos no momento *m*, ou

que alguma vez viveram, ou viverão, tendo em vista apenas a espécie *homo sapiens* ou o género a que pertence”.

Apesar destas divergências, em Português Europeu, o traço [+coletivo] é geralmente traduzido por uma classe específica de nomes que têm a propriedade semântica de traduzir uma pluralidade ou um todo. Um nome coletivo denota, assim, um conjunto de entidades que partilham (pelo menos) a qualidade de pertencer a esse grupo. Gramaticalmente, eles distinguem-se dos nomes individuais (Peres 2013), apesar de uma forma morfológica singular comum, por testes simples como o da preposição *entre* (1) ou o do adjetivo *numeroso* (2):

- (1) Em criança, a Rita sentia-se bem **entre a família** vs. * Em criança, a Rita sentia-se bem **entre a mãe**.
- (2) Assim surgiu um **exército numeroso**. vs. */? Assim surgiu um **estado numeroso**.

Os nomes coletivos demarcam-se também dos individuais pela possibilidade de coocorrência com predicados coletivos, o que os aproxima de expressões plurais. Comparem-se os exemplos:

- (3) A comissão **reuniu-se**.
- (4) Os rapazes **reuniram-se**.
- (5) *A mulher **reuniu-se**.

Com as expressões plurais, os nomes coletivos partilham também contextos de predicação de uma entidade – exemplos (6) e (7) – apesar de se distinguirem destas pela não aceitação de contextos com o adjetivo *parecido* – exemplos (8) e (9) - ou pela desambiguidade de construções de retoma anafórica – exemplos (10) e (11). Relativamente a este aspeto, olhemos melhor para os exemplos (10) e (11), para percebermos como, em (10), o OD poderá estar ou não sob o escopo do SU, podendo, por isso, haver um ou mais do que um chocolate comprado e, daí, a espoletada ambiguidade estrutural. Já em (11), o OD estará obrigatoriamente sob o escopo do SU e, portanto, a única leitura disponível é a de um único chocolate comprado, em conjunto, pela equipa.

- (6) O João e a Maria são **uma equipa**.
- (7) O João e a Maria são **médicos**.
- (8) Os jovens são **parecidos**.

- (9) *A equipa é parecida.
(10) Os jovens compraram **um chocolate**.
(11) A equipa comprou **um chocolate**.

A alternância entre forma singular e significado plural concorre também para a caracterização dos nomes coletivos. Como tal, observe-se o exemplo (12), no qual um pronome pessoal plural e distributivo (eles), predicado com um nome coletivo, vê transformada a sua pluralidade numa unidade coletiva definida e única – *a melhor equipa da escola*.

- (12) Os jovens treinam metodicamente todos os dias da semana, o que faz deles a melhor **equipa** da escola.

Outro aspeto característico deste tipo de nomes é a sua leitura coletiva, pois, mesmo quando o nome coletivo ocorre como tema ou objeto numa construção em que o agente é uma expressão plural, a leitura acessível continua a ser apenas a coletiva. Veja-se o exemplo de Lopes (2005b) e a explicação que o autor oferece:

- (13) Os homens trazem a mobília.

“A propriedade de trazer a mobília é predicada, não de cada conceito individual de dados homens, mas do conceito de um determinado conjunto de homens, encarado na sua totalidade colectiva” (2005b: 69).

No entanto, pela comparação dos exemplos seguintes, o comportamento dos nomes coletivos não parece ser sistemático:

- (14) O João e a Maria são um **grupo**.
(15) ?O João e a Maria são uma **comissão**.
(16) ?/*O João e a Maria são um **público**.

Contudo, a combinação dos mesmos coletivos com outros verbos, cuja leitura é semelhante à dos exemplos anteriores, e a substituição do artigo indefinido pelo definido possibilitam graus mais elevados de aceitação de construções até agora dificilmente aceitáveis:

- (17) O João e a Maria *formam/constituem* **uma/a comissão**.
(18) ?/*O João e a Maria *formam/constituem* **um público**.

- (19) O João e a Maria *formam/constituem o público*.

O afastamento de alguns nomes coletivos do comportamento gramatical típico da classe aumenta à medida que nos aproximamos de conceitos mais abstratos e que denotam coleções mais abrangentes. Nomes como *estado* ou *nação*, que, conceptualmente, implicam um conjunto de entidades, parecem, contudo, mais próximos gramaticalmente de um nome individual:

- (20) *O João, o Pedro e o Miguel são um **estado**.
(21) *O João, o Pedro e o Miguel são uma **nação**.
(22) ?O *estado* **reuniu-se** ontem.
(23) ?A *nação* **reuniu-se** em torno de um problema.

Para além do mais, a conceptualização que está por detrás de um nome coletivo enfrenta algumas complicações quando encontramos exemplos como (24), (25) e (26), nos quais verificamos que *nação* pode predicar um topónimo, criando uma frase caraterizadora, cf. (24), mas não uma expressão plural contável como *os portuenses*, cf. (25), que apenas pode ocorrer com o nome *nação* num sentido semelhante, se lhe for atribuído um verbo como *formar*.

- (24) O Porto é uma **nação**.
(25) ?Os portuenses são uma **nação**.
(26) Os portuenses formam uma **nação**.

A fraca aceitabilidade destes nomes com um predicado caraterístico dos nomes coletivos como *ter X membros* volta a dificultar a sua inclusão na categoria – exemplos (27)-(30). No entanto, repare-se que também em (30) um nome que neste trabalho consideramos como sendo coletivo não se comporta como os restantes:

- (27) ?O *estado português* **tem 20 membros**.
(28) ?A *nação* **tem 10 membros**.
(29) A *equipa/a comissão/o grupo* **tem 8 membros**.
(30) ?O *público* **tem 8 membros**.
(31) O *público* **é constituído** por 8 membros.

Ainda assim, propomos uma distinção entre nomes coletivos como *equipa*, *comissão*, *grupo* ou *público* e nomes sociais, sem estruturação interna, como *nação*, *estado* ou, retomando Lopes (2005a), *humanidade*.

Como o exemplo (30) já evidenciou, no interior da classe também há divergências. Por exemplo, a aplicação do predicado *ser fundado em ano X*, que é normalmente aceite por nomes coletivos de grupos organizados de entidades, não se combina sempre com o mesmo grau de aceitação:

- (32) *A comissão foi fundada em 1990.*
- (33) *O grupo/a equipa foi fundado/a em 2010.*
- (34) **O público foi fundado em 2010.*

Definir um nome coletivo em termos gramaticais parece, portanto, problemático, dado que o seu comportamento não é uniforme. Certo é que, em todos os casos, a definição parece envolver mais do que uma mera reunião de elementos. A distinção relativamente às expressões plurais não será, então, apenas uma diferença morfológica, mas decorrente do facto de os coletivos serem mais do que a soma das suas partes, constituindo uma entidade em si mesmos (Vries 2018).

3. A proposta de Ritchie (2013, 2014, 2017)

Tendo em conta as diferenças apontadas na secção anterior relativamente ao comportamento de vários nomes coletivos, procurámos uma base teórica que permitisse melhor compreender o problema.

Neste sentido, apresentamos a proposta de Ritchie (2014) de uma polissemia dos coletivos. Segundo a autora, um nome coletivo tem duas dimensões. Uma de *group-as-one* (Ritchie 2017), enquanto estrutura funcional, com uma configuração particular que passa por condições de identidade definidas *a priori*. Outra de *group-as-many* (Ritchie 2017), enquanto conjunto preenchido por elementos materializáveis. Desta forma, um nome coletivo é um todo, com uma estrutura interna (mais ou menos rígida) composta por posições e relações que os membros devem preencher e que existem previamente em relação às entidades materiais que o preenchem.

A estrutura implica determinados lugares e uma série de relações entre eles e é

específica de cada grupo. Assim, a estrutura de base de um nome como *público* é diferente da estrutura concebida por um nome como *comissão*. Para além disso, como um nome coletivo é, na verdade, uma coleção de alguma coisa (por oposição a um conjunto que, em Lógica tradicional, pode ter 0 elementos), ele deverá ter preenchidos pelo menos alguns dos lugares pressupostos. Esta hipótese de uma polissemia dos coletivos envolve também a ideia de que um predicado distributivo, quando aplicado a um nome coletivo, espoleta uma leitura coletiva, pois a dimensão de *group-as-many* destaca-se e, portanto, a interpretação é a de uma soma de entidades individuais que realizam um evento em conjunto. É por isso que em exemplos como (35) estamos perante leituras coletivas – pois, apesar de o verbo *lançar* ser distributivo, o facto de o evento ter sido realizado por *um grupo* pressupõe a leitura de um evento realizado coletivamente:

(35) Um **grupo** de anarquistas **lançou** uma mala de dinheiro nas margens do rio Tamisa.

Para além da dupla dimensão do nome coletivo, existem também alguns traços de uma metafísica de grupo (Ritchie 2013) que podem contribuir para a reflexão que aqui se propõe. Entre outros critérios definidores do conceito de nome coletivo, a autora aponta para duas noções fundamentais: a noção de *membership variety* (Ritchie 2013), ou seja, a ideia de que uma coleção ou grupo pode ver os seus membros alterarem-se ao longo do tempo, e a de *non-identical coincident* (Ritchie 2013), isto é, a proposta de que as mesmas entidades possam fazer parte de mais do que um grupo ou coleção e de que dois grupos diferentes possam ter exatamente os mesmos membros. São estas as condições que permitem a aceitabilidade de enunciados como (36) ou (37). De facto, se nestes exemplos o nome coletivo não fosse distinto de uma mera pluralidade de membros, então as frases seriam inaceitáveis segundo o nosso conhecimento do mundo.

(36) A Joana e o Pedro, membros da **comissão** de estudantes da faculdade, estiveram presentes no primeiro encontro do **grupo** de leitura do bairro.

(37) A **equipa** portuguesa de futebol perdeu uma final europeia e ganhou outra.

4. Análise de enunciados reais

4.1. Amostra selecionada e métodos de análise

Tendo em conta o problema gramatical e a proposta teórica apresentados,

propusemo-nos analisar o comportamento de alguns nomes coletivos em particular. Para tal, acedemos à plataforma CETEMPúblico e reunimos enunciados reais que incluíssem um dos seguintes nomes coletivos: *comissão*; *equipa*; *grupo*; *público*.

Procedeu-se a uma análise sintático-semântica que permitiu isolar os casos em que o nome coletivo adquirisse agentividade, aparecendo como sujeito de predicação em frases ativas ou em sintagma *por* em frases passivas. Apesar da perda de agentividade, as construções em que os nomes coletivos ocupam uma função sintática de objeto direto ou indireto foram neste trabalho analisadas. Através desta metodologia foram reunidos 322 enunciados relativos a cada um dos nomes coletivos selecionados.

Quanto à predicação, seguiram-se parâmetros de interpretação que, para além da tomada em consideração de estados, distinguem essencialmente uma leitura distributiva de uma leitura coletiva de eventos, sendo esta última a que se atualiza com nomes coletivos.

Na subsecção seguinte apresentaremos os principais resultados obtidos na análise descrita, esperando assim contribuir para a reflexão teórica sobre o tema.

4.2. Resultados

4.2.1. Público e equipa – aproximações e dissemelhanças

No conjunto de enunciados analisados, os nomes coletivos *público* e *equipa* ocorrem frequentemente com predicados distributivos com o traço semântico [+humano]. Contudo, a leitura coletiva mantém-se e a interpretação das frases é a de uma soma de entidades individuais que realizam um evento em conjunto (num mesmo tempo). Vejamos os exemplos:

- (38) É fácil aliás imaginar que **o público descera as escadas** e irá ocupar, nos intervalos, a enorme plataforma que se estende sobre o Tejo do outro lado da pequena rua. (*par=ext222221-soc-98a-1*)
- (39) **O público assobiava perdidamente**, mas que fazer? (*par=ext87736-des-93b-2*)
- (40) **O público responde e aponta** como quem quer ajudar. (*par=ext1252554-soc-98b-2*)
- (41) Resta-me agora ficar a puxar, com muita força, na bancada para a **equipa ganhar** a medalha de bronze (*par=ext232474-des-96b-2*)
- (42) E essas **dificuldades foram sentidas pela própria equipa Mitsubishi**, que perdeu um dos seus carros, o do francês Pierre Fontenay, que se incendiou após uma série de

«cambalhotas». (*par=ext874789-des-92a-2*)

Em construções estativas, a leitura de *público* apresenta também uma interpretação coletiva, na medida em que este nome coletivo se transforma numa só entidade abstrata independente dos membros. Vejamos os seguintes exemplos:

- (43) O **público** a que se dirigem - as tropas franquistas - **é difícil de contentar**, pelo que o final será trágico. (*par=ext358146-nd-92a-1*) ≠ Os membros do público, individualmente, são difíceis de contentar.
- (44) O **público** a que se destina **é**, como se imagina, **sofisticado**. (*par=ext1170267-nd-91a-1*) ≠ Os membros do público, individualmente, são sofisticados.
- (45) O **público** japonês **é mesmo singular**. (*par=ext912376-clt-94b-1*) ≠ Os membros do público, individualmente, são mesmo singulares.

Contudo, isto acontece, pois os estados de (43) a (44) são construídos com o verbo *ser* e constituem predicados de indivíduo. Já os estados que predicam *equipa* neste *corpus* ocorrem geralmente com o verbo *estar*, dando origem a predicados de fase, o que possibilita uma relação de semelhança entre o nome coletivo e os membros que o constituem. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (46) Oíçam lá, mas, se vocês acham que o árbitro está comprado e **aquela equipa está drogada**, qual é o gozo de ver um jogo viciado? (*par=ext349866-opi-97a-1*) = Os membros daquela equipa estão, individualmente, drogados.
- (47) O mercado reabre em Março e, caso a **equipa esteja empenhada** na luta pelo segundo lugar, é admissível que procure reforçar os aspectos julgados mais frágeis. (*par=ext833251-des-98a-2*) = Os membros da equipa estão, individualmente, empenhados.

No entanto, em (48), fica clara também a possibilidade de a equipa, apesar de envelhecida, poder ter, por exemplo, um ou dois membros jovens. Neste caso, a leitura coletiva volta a sobressair e o nome coletivo volta a não se identificar totalmente com os seus membros, como acontecia nos exemplos anteriores. Assim, percebe-se que um nome coletivo cria, de facto, uma entidade diferente dos seus membros.

- (48) Os europeus vinham de duas derrotas consecutivas, a **equipa estava envelhecida** e ninguém acreditava que pudesse levar a melhor sobre os Estados Unidos. (*par=ext245729-des-95b-2*) = ou ≠ Os membros da equipa estavam, individualmente, envelhecidos.

Ainda sobre este aspeto, veja-se o exemplo (49), que mostra como estados criados com o verbo *parecer* têm leituras semelhantes às que se atualizam com o verbo *ser*:

- (49) E fez o 4-0, um castigo pesado para uma **equipa** do Estoril que nunca **pareceu preocupada** em defender-se a todo o custo. (*par=ext752866-des-92b-1*) ≠ Os membros de uma equipa do Estoril nunca pareceram, individualmente, preocupados.

Nos enunciados analisados, o nome coletivo *público* aparece tipicamente em construções estativas com o verbo *ser*, sugerindo leituras de independência do nome em relação aos elementos que o constituem. Podemos, por isso, afirmar que os predicados de indivíduo aplicados a estes nomes coletivos criam, por assim dizer, um *novo indivíduo*. Já *equipa* combina-se mais com estados com o verbo *estar*, que podem sugerir uma leitura de soma de entidades, mantendo-se, porém, a identidade de cada uma delas. Os predicados de fase podem, por isso, atribuir qualidades ao nome sem o distinguir dos membros que o constituem. Em todo o caso, como vimos com (48), a leitura coletiva continua a ser preferencial e, muitas vezes, obrigatória⁸.

4.2.2. A hipótese mereológica

Segundo Bosque (1999), *público* pode ser, para além de coletivo, um nome contínuo, designando uma matéria de tamanho diferente. O autor dá exemplos como *muito público*, *pouco público*, *bastante público*, que são também verificáveis no *corpus* analisado, o que demonstra que este é um coletivo de dimensão variável. Observe-se:

⁸ Como aponta o revisor, com um exemplo que numeramos como (50), a leitura coletiva é, de facto, proeminente mesmo com predicados de fase.

(50) A equipa de basquetebol está muito lenta hoje.

Neste caso, a equipa de basquetebol estar muito lenta não implica que todo e cada elemento da equipa esteja muito lento. Na verdade, até pode acontecer que alguns membros estejam relativamente rápidos e, no entanto, a equipa continua a estar muito lenta.

- (50) Quando o Palácio de Alvor era Museu Nacional das Bellas Artes, **muito público** procurava visitar a Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental, entrando pela Rua das Janelas Verdes. (*par=ext226699-nd-92b-1*)
- (51) O sexagenário guitarrista apareceu a fazer das suas a meio da primeira parte, e na segunda a conseguir o melhor momento do espectáculo com «Steal Away», mas tudo o resto foi um contra-relógio até ao fim do concerto enquanto **algum público** ia desertando. (*par=ext1206300-clt-95b-1*)
- (52) Sobre este aspecto, refira-se que, apesar de todos os esforços desenvolvidos pela comissão organizadora do Fantasporto em promover a Semana dos Novos Realizadores, esta secção «Primeiras Obras» tem normalmente **menos público** do que a Secção Oficial. (*par=ext1324707-nd-94a-2*)

Por outro lado, a combinação de *público* com o quantificador *todo* posposto ao nome levanta ainda a hipótese de leitura mereológica. Este tipo de construção não encontra correspondência no *corpus* analisado, mas é gramaticalmente aceitável:

- (53) A banda contou com o **público todo** para cantar a última canção.

Na verdade, a leitura mereológica parece estar também acessível aos outros nomes coletivos em análise, que, no entanto, não constituem nomes contínuos. Confrontem-se os seguintes exemplos:

- (54) *Na reunião esteve presente **muita comissão**. vs. Na reunião esteve presente a **comissão toda**.
- (55) *O resultado da investigação é produto de **pouca equipa**. vs. O resultado da investigação é produto da **equipa toda**.
- (56) *O João encontrou **algum grupo**. vs. O João encontrou o **grupo todo**.

Como vemos, contrariamente a *público*, os restantes três nomes em análise não se revelam nomes contínuos. Porém, a possibilidade de uma leitura mereológica existe em todos eles, o que levanta as seguintes questões: o que é que constitui cada um destes nomes coletivos? Serão entidades completas com o traço [+humano] ou apenas partes?

4.2.3. *Grupo* - nome coletivo dependente ou autónomo?

O nome coletivo *grupo* dificilmente reúne especificidades semânticas, pois trata-se de um coletivo dependente e, por isso, os contextos de uso são vários consoante a forma como o nome é modificado. Contudo, *grupo* pode ser realizado como um nome coletivo autónomo, se sinónimo da expressão *banda musical*. Veja-se o exemplo:

- (57) No entanto, apesar de não ter sido fácil ultrapassar o peso dessa canção, o **grupo** demonstrou coragem e criatividade suficientes para dar a volta à questão.
(*par=ext90546-clt-95a-1*)

No *corpus* analisado, este é o único contexto em que *grupo* ocorre sem complementos ou modificadores. Não obstante, a relação que se estabelece entre unidade coletiva e pluralidade é complexa, pois se, ao utilizarmos o coletivo *grupo* como sinónimo para *banda musical*, o nome ocorre no singular, quando o mesmo é substituído pelo nome próprio correspondente, o artigo passa a estar no plural. Nesse sentido, compare-se (56) com os seguintes exemplos:

- (58) No entanto, apesar de não ter sido fácil ultrapassar o peso dessa canção, **os Toranja** demonstraram coragem e criatividade suficientes para dar a volta à questão.
- (59) *No entanto, apesar de não ter sido fácil ultrapassar o peso dessa canção, **o Toranja** demonstrou coragem e criatividade suficientes para dar a volta à questão.

4.2.4. A hipótese de uma escala

O nome *grupo* revela várias ocorrências em que se relaciona com outros nomes coletivos. Em vários exemplos reunidos há mesmo uma relação direta com *equipa*, sendo que *grupo* se apresenta como um nome coletivo de maior abrangência. Este é, portanto, um argumento que favorece a consideração de uma escala na qual se pudessem organizar os diferentes nomes coletivos, uma possibilidade já considerada por Grize (1984)⁹. Vejam-se os exemplos:

- (60) No terceiro lugar, com 12 pontos, **estão seis equipas, um grupo dilatado** com as aproximações de Estugarda, Borussia M'gladbach e Bayer Leverkusen.
(*par=ext216888-des-94b-2*)
- (61) Na fase final, **as equipas melhores classificadas de cada grupo, formaram a frota**

⁹ O autor refere também uma distinção entre escala e hierarquia, sendo que os nomes coletivos estariam dispostos numa escala, mas sem qualquer hierarquização predefinida.

«gold», que disputou as nove regatas válidas para o título europeu de juniores.
(*par=ext410096-des-97b-2*)

- (62) «Caímos no grupo mais difícil, **no grupo onde**, exceptuando o Olympiakos e o Treviso, **estão as melhores equipas** da Europa», disse ontem ao PÚBLICO, pouco depois de ter conhecimento do sorteio para o Campeonato da Europa de Clubes em basquetebol, o treinador do Benfica, Mário Palma. (*par=ext248556-des-95b-1*)

5. Considerações finais

Ao longo do presente trabalho procurou-se problematizar algumas das generalizações que definem tradicionalmente um nome coletivo em Português Europeu. Debatendo testes de identificação de nomes coletivos, apresentando brevemente propostas teóricas, bem como resultados de uma análise de enunciados reais com enfoque em quatro nomes particulares (*comissão, equipa, grupo e público*), foi possível verificar que o comportamento de vários nomes coletivos não é sistemático, ainda que todos denotem, no contexto desta análise, grupos organizados de entidades.

Tornou-se evidente também que, apesar de coocorrerem tipicamente com predicados coletivos, os nomes coletivos aceitam facilmente predicados distributivos, atribuindo-lhes uma leitura coletiva.

Para além do mais, foram levantadas hipóteses como: a possibilidade de interpretação de um nome coletivo com o traço [+humano] como resultado de uma transferência de características dos membros para o nome em construções estativas com o verbo *ser*; a eventualidade de alguns nomes coletivos, dada a sua disponibilidade mereológica, serem compostos não por indivíduos mas por partes dos mesmos e a viabilidade de uma escala disposta em graus de [+/- coletivo] que permita dar conta das diferentes relações que se estabelecem entre membros e entidade coletiva e entre diferentes nomes coletivos.

Em suma, procurou-se refletir sobre propriedades gramaticais deste tipo de nomes e sobre o que, em termos ontológicos, lhes pode estar subjacente, em busca de uma melhor compreensão da classe dos coletivos. Esclareceu-se como, apesar de a noção de coletivo estar presente em vários nomes na língua, nem todos eles integram a classe gramatical dos nomes coletivos e como esta é, na verdade, uma classe assistemática.

REFERÊNCIAS

- Bosque, I. 1999. Sustantivos individuales y colectivos. In Bosque I. & Demonte, V. (Eds.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 3-58.
- Grize, J. B. 1984. *Lógica Moderna II*. Porto: Livraria Civilização.
- Lopes, O. 2005a. Sobre a semântica dos nomes massivos. In Oliveira F. & Brito, A. (Eds.). *Entre a palavra e o discurso - Estudos de Linguística 1977-1993*. Porto: Campo das Letras, 41-54.
- Lopes, O. 2005b. Relações semânticas entre massivos, partitivos, colectivos e abstractos, em Português. In Oliveira F. & Brito, A. (Eds.). *Entre a palavra e o discurso - Estudos de Linguística 1977-1993*. Porto: Campo das Letras, 55-85.
- Peres, J. 2013. Semântica do Sintagma Nominal. In Raposo, E., Nascimento, M., Mota, M., Segura, L., Mendes, A. (Eds.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 735-815.
- Ritchie, K. 2013. What are Groups? *Philosophical Studies* 166(2): 257-272.
- Ritchie, K. 2014. *Collective Nouns: Polysemy and Predication*. Cornell Workshop in Linguistics and Philosophy. New York.
- Ritchie, K. 2017. Plural and Collective Noun Phrases. In Jankovic, M. & Ludwig, K. (Eds.). *The Routledge Handbook of Collective Intentionality*. New York: Routledge.
- Vries, H. 2018. Collective Nouns. In Hofherr, P. C. & Doetjes, J. (Eds.). *Oxford Handbook of Grammatical Number*. Oxford: Oxford University Press. Disponível na internet em: <https://hcommons.org/deposits/objects/hc:20584/datastreams/CONTENT/content>,
acedido em 10.03.2020.

ESTRUTURAS DE CONTROLO OBRIGATÓRIO DE SUJEITO EM ORAÇÕES INFINITIVAS UMA PERSPETIVA COMPARATIVA ENTRE O PORTUGUÊS EUROPEU E O INGLÊS

Mariana Ribeiro¹⁰

up201506552@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Com este trabalho pretende-se fazer uma descrição sintetizada de estruturas de controlo obrigatório de sujeito da oração subordinada a sujeito da oração subordinante e a forma como elas funcionam em Português e em Inglês. Para isso, abordar-se-ão questões como a da subordinação completiva e a do sujeito nulo em ambas as línguas com vista a refletir brevemente sobre o processo de aquisição de estruturas de controlo nas duas línguas; tentar-se-á sistematizar os tipos de verbos que entram neste tipo de construções e que licenciam o fenómeno de controlo obrigatório de sujeito da oração infinitiva a sujeito da oração principal.

PALAVRAS-CHAVE. Controlo Obrigatório, Subordinação Completiva, Sujeito Nulo, Oração Infinitiva.

ABSTRACT. The main purpose of this paper is to make a summary description of the obligatory control structures by the subordinated subject to the matrix subject and to see the way that they work in Portuguese and in English. To do so, we will refer to completive subordination with to-infinitive and to the phenomenon of null subject in order to briefly refer the process of acquisition of a control structure in both languages and systematize the types of verbs that enter in this type of structures and legitimize the control by the subject of the infinite clause to the subject of the matrix clause.

KEY-WORDS. Obligatory Control, Subordination with to-infinitive, Null Subject, Infinitive Clause.

1. Introdução

As estruturas de controlo são um tema que há muito tem suscitado uma particular atenção no quadro da sintaxe generativa.

Este tema está intimamente relacionado com a subordinação completiva e também com o sujeito nulo das línguas em análise.

¹⁰ Estudante do 1.º ano do Mestrado em Linguística.

O Português Europeu é uma língua que responde positivamente ao Parâmetro do Sujeito Nulo, ou seja, em frases finitas, esta língua pode apresentar sujeitos nulos. O Inglês, por seu lado, é uma língua de sujeito não nulo, pois não apresenta sujeitos nulos no mesmo tipo de frases.

No entanto, apesar de estas duas línguas se comportarem de maneira diferente relativamente a este parâmetro em frases finitas, comportam-se da mesma forma no que ao sujeito de uma oração infinitiva não flexionada diz respeito, ou seja, em ambas as línguas o sujeito da oração subordinada pode ser nulo e controlado por um argumento da oração principal.

Com base nisto, iremos analisar orações infinitivas não flexionadas que contenham um sujeito que seja obrigatoriamente controlado por um argumento da oração principal, mais concretamente, pelo sujeito da oração subordinante.

A noção de controlo de que falaremos neste trabalho corresponde à noção de controlo de que se fala em Chomsky (1982), em que o linguista começa por fazer uma distinção entre estas estruturas e as estruturas de elevação. Neste quadro, considera-se que as seguintes questões possam ser, e têm sido, colocadas:

- 1) como é que estas construções estão representadas no conhecimento sintático de uma criança?
- 2) há razões para postular a existência de um sujeito na oração subordinada?
- 3) que tipo de verbos é que licenciam as construções de controlo nas línguas?

Iremos focar-nos nos casos de controlo obrigatório de sujeito da oração infinitiva a sujeito da oração principal para podermos fazer uma análise mais direcionada e pormenorizada na comparação das duas línguas.

Salientar-se-ão alguns dados relativos ao processo de aquisição de estruturas de controlo obrigatório em Português¹¹ e em Inglês, tentando destacar os casos de controlo obrigatório de sujeito, para perceber quais são os tipos de verbos que selecionam este tipo de construções e que emergem nas primeiras realizações de discursos espontâneos de crianças.

Partir-se-á das descrições sintáticas do Português e do Inglês presentes na literatura consultada para se poder comparar o comportamento deste fenómeno nas duas línguas e salientar algumas particularidades que permitem aproximá-las e também distingui-las.

¹¹ O presente trabalho irá focar-se essencialmente na variedade europeia da língua.

Existem diferentes tipos de construções sintáticas em que podem surgir estruturas infinitivas, como apontam Barbosa & Raposo (2013): as construções de controlo, as construções de elevação, as construções de união de orações, as construções de reestruturação e as construções de infinitivo preposicionado. Neste trabalho iremos focar-nos nas construções de controlo, mais concretamente, nas construções de controlo obrigatório, das quais falaremos mais adiante na secção 3.

As construções de controlo são um dos casos de orações em que surge o infinitivo simples. Nestas construções não temos um sujeito realizado foneticamente, no entanto, ele é implícito, porque contém conteúdo semântico; uma questão importante para o estudo deste tema é definir exatamente o estatuto desse sujeito.

Como iremos verificar, este sujeito ou se assemelha a um pronome anafórico ou a um pronome arbitrário, mas não pode confundir-se com o sujeito pronominal nulo porque este determina a concordância verbal em pessoa/número e depende dessa concordância para se poder identificar e interpretar.

Ora, nas orações com infinitivo simples, não temos traços nem de pessoa nem de número que nos permitam identificar um sujeito nessa oração, mas temos na oração subordinante um argumento que se pode recuperar e determinar a interpretação do sujeito da oração infinitiva. Diz-se, por isso, que o sujeito da oração infinitiva é controlado por um argumento da oração subordinante que, neste caso, será o sujeito, sempre que a referência de ambos os sujeitos for a mesma. Nestes casos, é estabelecida uma relação de controlo obrigatório de sujeito a sujeito que emerge pelo facto de a estrutura ser uma estrutura infinitiva.

De acordo com Chomsky (1982), apesar de o sujeito da oração infinitiva corresponder a uma categoria vazia, por não conter conteúdo fonológico, ele é identificado como um PRO. Isto deve-se ao facto de que, mesmo sendo uma categoria vazia, ela se comporta de diferente forma comparativamente a outras categorias vazias.

Os tipos de verbos que licenciam estas construções e que possibilitam o controlo de sujeito da oração subordinada a sujeito da oração principal pertencem a várias classes semânticas, mas o que têm que ter em comum, como iremos ver mais adiante, é o facto de seleccionarem pelo menos dois argumentos.

Verificar-se-á o fenómeno de controlo obrigatório com alguns destes verbos, tanto em Inglês como em Português, tentando começar, dessa forma, a estabelecer uma pequena comparação e também uma distinção relativamente àquilo que acontece nas duas línguas.

Na secção 2, faremos um breve enquadramento teórico e no desdobramento dessa secção iremos começar por apresentar os tipos de estruturas em análise no nosso trabalho e, posteriormente, o tipo de sujeito que figura nessa estrutura.

2. Enquadramento teórico

2.1. Subordinação completiva

Como dissemos no início deste trabalho, consideramos que um dos temas a que as estruturas de controlo estão associadas é à subordinação completiva.

As orações subordinadas completivas, que, na terminologia tradicional, pertencem às orações subordinadas substantivas, correspondem a orações que podem desempenhar as funções sintáticas de sujeito (em Português, (1a) e (1d)); em Inglês, (2a)) ou de complementos (em Português, (1b) e (1c); em Inglês, (2b) e (2c)). Vejamos os exemplos, todos apresentados em Santos (2017) e em Haegeman & Guéron (1999):

- (1) a. Surpreende-me [que a Teresa falte à aula].
b. O João disse à Maria [para comer a sopa depressa].
c. A criança quer [comer a sopa depressa].
d. [(Eles) Reconstruírem a muralha] desagradou à oposição.

- (2) a. [To buy these books now] is important. (Haegeman & Guéron 1999: 388)
b. I asked John [to buy it]. (Haegeman & Guéron 1999: 388)
c. The child wants [to eat the soup quickly]. (adaptado de Santos 2017)

Em Português, estas orações podem ser finitas (1a), infinitivas não flexionadas (1b, 1c) ou infinitivas flexionadas (1d). As orações completivas finitas são geralmente introduzidas por um complementador *que* (como podemos observar em (1a)). No entanto, as completivas infinitivas também podem ser introduzidas por um complementador *para* (como se pode observar em (1b)) ou a posição de complementador pode não ser preenchida, como em (1c) e em (1d).

O tipo de orações que nos interessam são as equivalentes a (1c), ou seja, as orações não finitas ou infinitivas não flexionadas sem complementador.

Problematizaremos a questão de saber se numa frase como (1c) há razões para considerarmos a existência de um sujeito e se esse sujeito é um sujeito diferente ou se será o mesmo que o da frase matriz.

Apresentados alguns aspetos gerais sobre a subordinação completiva em Português, correspondente às *to-infinitive clauses* em Inglês, iremos apresentar na subsecção seguinte outro tema que deve ser abordado quando se trata das construções de controlo: o sujeito nulo.

2.2. Sujeito nulo

2.2.1. Sujeito nulo em orações finitas

O Português é uma língua que admite a omissão de sujeito em orações finitas, ou seja, em orações cujo verbo surge num tempo finito e nas quais podemos identificar o sujeito através das marcas de tempo/modo/aspeto e de pessoa/número, como podemos observar no exemplo (3).

É possível recuperar a informação acerca do sujeito devido ao facto de o Português, mais concretamente, o Português Europeu, apresentar uma morfologia verbal rica. Isto é o que nos permite afirmar que o Português é uma língua de sujeito nulo, sendo positivamente marcada em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo¹².

(3) Dei uma flor à Maria.

O Inglês, por seu lado, não admite a omissão de sujeito em orações finitas devido às praticamente inexistentes marcas de tempo/modo/aspeto e de pessoa/número na língua.

Contrariamente ao Português, o Inglês não nos fornece informação acerca do sujeito nas desinências verbais devido ao facto de apresentar uma morfologia verbal pobre. Isto é o que nos permite afirmar que o Inglês não é uma língua de sujeito nulo, sendo negativamente marcada em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo, como podemos observar em (4):

(4) *Gave a flower to Mary.

¹² “O parâmetro do sujeito nulo corresponde a uma propriedade gramatical que distingue línguas em que o sujeito de uma oração finita (ou com infinitivo flexionado) pode não estar foneticamente expresso de línguas em que o sujeito destas orações tem de estar expresso. Assume-se que o sujeito nulo é uma categoria pronominal vazia (Chomsky, 1981; Rizzi, 1982; Taraldsen, 1986)” (Kapetula 2016: 5).

2.2.2. Sujeito nulo em orações não finitas ou infinitivas

No entanto, apesar de o Português ser uma língua de sujeito nulo e o Inglês uma língua de sujeito não nulo no contexto de orações finitas, em orações não finitas, ou seja, infinitivas (flexionadas, em Português, e não flexionadas), podem ocorrer sujeitos sem realização fonética nas duas línguas.

O tipo de orações em que nos iremos concentrar serão as orações infinitivas não flexionadas, pelo facto de se pretender problematizar o estatuto do sujeito que antecede esse infinitivo.

Vejamos o exemplo (5):

- (5) a. *A Ana quer* [[-] fazer as malas].
b. *Ann wants* [[-] to pack].

Tanto em (5a) como em (5b), o sujeito não surge foneticamente realizado na oração infinitiva, mas podemos recuperar o sujeito que é argumento da oração subordinante e temos aqui um caso de correferência¹³ de sujeito da oração subordinada a sujeito da oração subordinante em ambas as línguas. Geralmente, o que se encontra representado como uma categoria vazia é interpretado também como correferente, o que aqui marcamos através de uma coindexação como em *A Ana_i quer [-]_i fazer as malas*.

Na verdade, a maioria das línguas do mundo não apresentam nenhum sujeito expresso em orações deste tipo, ou seja, em orações infinitivas não flexionadas, quer sejam línguas de sujeito nulo, quer sejam línguas de sujeito não nulo.

2.3. Sujeitos omissos em orações infinitivas não flexionadas

Como já afirmámos na subsecção 2.1., podemos questionar a verdadeira existência de um sujeito em orações infinitivas não flexionadas (como no já referido exemplo (5a) *A Ana quer fazer as malas*) devido ao facto de ele normalmente ser omitido, tanto em línguas de sujeito nulo como em línguas de sujeito não nulo, e de estas estruturas apresentarem alguma falta de autonomia em relação à oração principal, como aponta Lobo (2013). Com efeito, nem

¹³ “Fala-se em **correferência** quando dois elementos remetem para a mesma entidade extralinguística e em **referência distinta** quando dois elementos remetem para diferentes entidades extralinguísticas” (Lobo 2013: 2323).

sempre se identifica um sujeito nestas construções e nem sempre se atribui o estatuto de oração a estas construções.

No entanto, devemos considerar que efetivamente existe um sujeito nestas orações por razões de natureza semântica, porque tanto o verbo no infinitivo como o verbo da oração principal selecionam argumentos com propriedades semânticas distintas. Isto aplica-se ao Português e obrigatoriamente ao Inglês, porque apesar de o PRO corresponder a uma categoria vazia, por não ser provida de conteúdo fonético, a posição de sujeito deve surgir sempre projetada devido ao facto de o Inglês ser uma língua de sujeito não nulo e, por isso, exigir que essa posição seja preenchida, mesmo por uma categoria vazia, como afirmam Haegeman & Guéron (1999).

É por esta razão que se distinguem verbos como *pretender* ou *querer* (cf. (5a) *A Ana quer fazer as malas*) de outros verbos que podem ser auxiliares ou semiauxiliares como, por exemplo, *ir* como auxiliar de futuro, que não selecionam argumentos (cf. *A casa vai cair*).

Como iremos ver mais adiante, no processo de aquisição de construções de controlo, há verbos que emergem mais precocemente do que outros neste tipo de construções e que distinguimos por propriedades semânticas que eles possuem e que legitimam a existência de uma relação de controlo entre os sujeitos das duas orações.

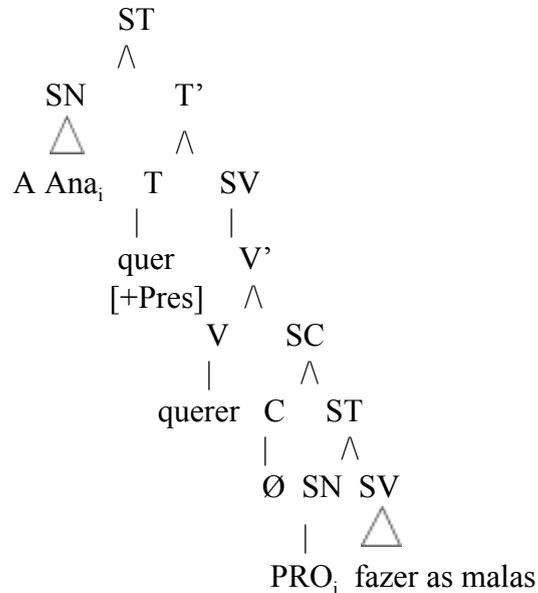
Vistas as particularidades das duas línguas no que diz respeito à subordinação completiva e em relação aos sujeitos nulos tanto em orações finitas como em orações infinitivas, veremos agora, na secção 3, o tipo de construções que nos propomos analisar neste trabalho.

3. Construções de controlo

As construções de controlo são aquelas em que um argumento de uma oração infinitiva não flexionada tem a sua referência fixada por um argumento da oração principal, como aponta Duarte (2003). A essa relação que se estabelece dá-se o nome de *controlo*, também designado *Equi-NP Deletion* na literatura generativa dos anos 60 e 70.

Verifiquemos a estrutura que se apresenta em seguida e que corresponde a uma estrutura possível para as construções que nos propomos analisar neste trabalho, sendo que a estrutura na Figura 1 representa a frase em (5a):

Figura 1. (5a) A Ana quer fazer as malas.



Como podemos verificar nesta estrutura, o SN da frase subordinada e o SN da frase matriz são identificados através do mesmo índice, ou seja, referem-se ao mesmo SN (neste caso, *a Ana*). A notação utilizada para estabelecer a relação de controlo será referida mais adiante.

Podemos ter diferentes tipos de controlo, entre eles, controlo de sujeito da oração infinitiva pelo sujeito, pelo objeto direto ou pelo objeto indireto da oração principal, como apontam Barbosa & Raposo (2013).

Neste trabalho, iremos debruçar-nos essencialmente sobre o controlo de sujeito da oração infinitiva pelo sujeito da oração principal.

Na subsecção 3.1. faremos uma distinção entre os dois tipos de controlo que as construções que contêm orações infinitivas não flexionadas podem ter.

3.1. Controlo obrigatório e controlo não obrigatório

Nas construções de controlo obrigatório (CO), o sujeito implícito da oração subordinada de infinitivo simples tem uma interpretação anafórica, como apontam Barbosa & Raposo (2013). Nestas construções, o sujeito implícito tem como antecedente um sintagma nominal da oração subordinante com função argumental, como em (6) e (7), em que o antecedente corresponde ao sujeito da oração principal:

(6) *Os médicos* desejam [[-] examinar a Ana]. (Barbosa & Raposo 2013: 1941)

(7) *The doctors* want [[-] to examine Ann]. (adaptado de Barbosa & Raposo 2013)

Neste tipo de construções em que o sujeito da oração infinitiva é obrigatoriamente controlado pelo sujeito da oração principal, ele é representado através da notação *PRO*, como podemos verificar em (8) (e que é distinto de *pro*, o sujeito nulo de uma língua como o Português):

(8) *pro* julgo [*PRO* estar doente]. (Lobo 2013: 2322)

Pelo contrário, as construções de controlo não obrigatório (CNO) são aquelas em que a oração infinitiva tem a função de sujeito da frase complexa e o seu sujeito implícito não tem obrigatoriamente um antecedente na oração subordinante, como apontam Barbosa & Raposo (2013). Quando não há antecedente, o sujeito da oração infinitiva tem uma interpretação indefinida ou arbitrária (equivalente a ‘qualquer pessoa’ ou ‘pessoas em geral’), como podemos observar em (9) e em (10):

(9) É importante (*para as pessoas*) [[-] não fumar nos recintos desportivos]. (Barbosa & Raposo 2013: 1941)

(10) [[-] To be honest], it is worth a lot more. (Lyngfelt 2009: 33)

3.1.1. Construções de controlo obrigatório de sujeito e processos de aquisição

As construções que serão mais relevantes para análise no nosso trabalho serão as construções do primeiro tipo, ou seja, de CO de sujeito da oração subordinada a sujeito da oração subordinante.

Nestas construções, o sujeito implícito da oração infinitiva simples tem que ter obrigatoriamente a mesma referência que um dos argumentos da oração subordinante, que corresponde ao seu antecedente. Como podemos verificar em (6) e (7), o sujeito da oração infinitiva tem como antecedente o sujeito da oração principal (*os médicos/the doctors*), ou seja, é de natureza anafórica. Ao sintagma nominal que funciona como antecedente na oração subordinante dá-se o nome de *controlador* do sujeito implícito da oração infinitiva, como apontam Barbosa & Raposo (2013), Lobo (2013) e Santos (2017).

(11) a. *Os médicos* desejam [[-] examinar a Ana]. (Barbosa & Raposo 2013: 1941)

b. *The doctors* want [[-] to examine Ann]. (adaptado de Barbosa & Raposo 2013)

Isto leva-nos a questionar a natureza destas construções, o momento em que emergem e a representação que uma criança tem no seu conhecimento sintático.

Na pouca investigação documentada em relação à aquisição de estruturas de CO em Português, de acordo com Santos (2017), o interesse pelo estudo da aquisição de estruturas de CO tem-se pautado pela interpretação que as crianças atribuem a este tipo de frases e especialmente pela forma como interpretam a posição vazia de sujeito da oração infinitiva.

Os dados recolhidos para o Português por Agostinho (2014), referido por Gamas (2016) e Santos (2017), mostram que as crianças com as idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos têm um comportamento próximo ao de um adulto ao interpretarem a categoria vazia na posição de sujeito da infinitiva quando o verbo é *querer* ou *conseguir* ((12)). Estes dois verbos são de CO de sujeito com um único argumento interno - a oração infinitiva.

(12) Os gatos querem/conseguem saltar o muro. (Santos 2017: 258)

Pelo contrário, nos casos em que temos verbos de controlo de objeto, como *ensinar* ou *prometer*, e em que o sujeito que não é realizado lexicalmente na oração infinitiva pode ser controlado pelo objeto direto (como no caso de *ensinar*), os resultados das crianças já não são tão próximos dos resultados dos adultos, de acordo com o que verifica Santos (2017).

O exemplo em (13), que é uma reprodução dos testes apresentados em Santos (2017), corresponde a estruturas que, contrariamente às de controlo de sujeito, são adquiridas mais tarde pelas crianças. O *item de teste* em (13) corresponde a um exemplo canónico de frase de controlo de objeto:

(13) *Contexto*: Um texugo, um ganso e um esquilo são vizinhos num bosque. É janeiro, e o Natal foi há pouco tempo. Chega o esquilo e diz para os outros dois: “Olhem o que me deram no Natal: um skate!” Então...

Item de teste: O texugo ensina o ganso a andar de skate.

Quem é que vai andar de skate?

Resposta esperada: O ganso. (controlo de objeto)

(Santos 2017: 261)

Nos casos em que as crianças consideram que o sujeito da oração infinitiva, que surge no contexto de um verbo de controlo de objeto, é controlado pelo objeto indireto em vez de ser controlado pelo sujeito da frase matriz, como podemos observar no exemplo em (14), em que há crianças que optam por “o coelho”. Isso poderá ter como explicação um princípio como o *Minimal Distance Principle* de Rosenbaum (1967), que estipula que o controlador seja o sintagma nominal que se encontra mais próximo. Vejamos o exemplo apresentado por Santos (2017):

(14) *Contexto*: Numa casa vivem três animais: o pato, o galo e o coelho. São vizinhos dos animais da quinta. O pato diz um dia: “E se convidássemos alguns amigos para virem cá jantar?” Os outros dizem:

“Sim! Sim! É uma ótima ideia!” Então, dividem as tarefas, e...

Item de teste: O galo promete ao coelho cozinhar o jantar.

Quem é que vai cozinhar o jantar?

Resposta esperada: O galo. (controlo de sujeito)

(Santos 2017: 261)

Santos (2017) verifica que o verbo *querer* parece ser o que mais cedo aparece em estruturas completivas no discurso espontâneo das crianças e essas estruturas são produzidas antes ou por volta dos dois anos de idade.

Tal como em Português, no caso do Inglês, Landau & Thornton (2011) também mostram que uma criança monolíngue e que seja falante nativa da língua inglesa começa a produzir muito cedo, geralmente antes dos dois anos de idade, estruturas com o verbo volitivo *want* ((15)), ou seja, estruturas de controlo de sujeito:

(15) I want to see paper. (Landau & Thornton 2011: 926)

Testes efetuados por Carol Chomsky (1969) mostraram que a interpretação de crianças inglesas é próxima da dos adultos quando temos na oração infinitiva verbos como *dizer* (*tell*) - como podemos observar em (16) -, ou seja, nesse caso, elas entendem que existe controlo de objeto. No entanto, a interpretação das crianças é distinta da interpretação adulta quando temos verbos como *prometer* (*promise*) - como se pode verificar em (17) -, uma vez que consideram que há controlo de objeto em vez de haver controlo de sujeito:

(16) Bozo tells Donald to hop up and down. Make him.

(‘O Bozo diz ao Donald para saltar para cima e para baixo. Fá-lo saltar.’)

(17) Bozo promises Donald to do a somersault. Make him.

(‘O Bozo prometeu ao Donald fazer uma cambalhota. Fá-lo fazer isso.’)

(Chomsky 1969: 33, presente em Freitas 2017: 260)

O que tentaremos ver na secção seguinte são os verbos que nas duas línguas licenciam controlo do sujeito da oração completiva pelo sujeito da oração subordinante.

4. Verbos que licenciam controlo do sujeito pelo sujeito da oração subordinante

Os verbos que determinam controlo pelo sujeito da oração subordinante a sujeito da oração subordinada pertencem a diferentes classes semânticas.

Como apontam Barbosa & Raposo (2013), os verbos mais típicos desta propriedade são aqueles que selecionam apenas dois argumentos: a oração infinitiva completiva e um sintagma nominal com função de sujeito.

Os verbos que licenciam construções de controlo com orações infinitivas não flexionadas em Português são: verbos declarativos, verbos de crença e conhecimento, verbos volitivos, verbos que designam “gostos”, atitudes subjetivas ou disposições do sujeito e os verbos diretivos, que ilustraremos passo a passo nos pontos seguintes. Iremos, além disso, verificar a forma como se comporta o Inglês quando temos uma *to-infinitive clause* no contexto dos mesmos verbos que são verificados para o Português.

A partir dos exemplos em Português e de exemplos correspondentes em Inglês, verificaremos se nas duas línguas as classes de verbos acima indicados têm a mesma propriedade.

4.1. Verbos declarativos

Temos, por um lado, os verbos declarativos, como *afirmar*, *dizer*, *negar*, etc., que, de acordo com Barbosa & Raposo (2013), selecionam uma oração infinitiva não flexionada em Português, como se pode observar em (18a), mas não selecionam *to-infinitive* em Inglês, como se verifica em (18b):

- (18) a. As raparigas afirmam *gostar de flores*.
b. *Girls say *to like flowers*.
c. Girls say (that) they like flowers.

A frase em (18b) é agramatical em Inglês devido ao facto de o verbo declarativo *say* não seleccionar *to-infinitive* e de não se poder ocultar o sujeito da oração infinitiva. Uma frase como (18c) já é aceitável na língua pelo facto de se exprimir um sujeito (*they*), que pode ou não ser correferente com o sujeito da frase matriz, e também pelo facto de o tempo ser finito. O complementador pode surgir expresso ou não na língua.

Assim, em Inglês, os verbos declarativos não são verbos típicos de controlo.

4.2. Verbos de crença e conhecimento

De acordo com Barbosa & Raposo (2013), temos também os verbos de crença e conhecimento, como *pensar*, *saber*, entre outros, que, como podemos verificar em (19a), podem seleccionar infinitivo não flexionado em Português, mas em Inglês já não seleccionam *to-infinitive*, como mostrado em (19b):

- (19) a. Os meus pais pensam *comprar um automóvel novo*. (Barbosa & Raposo 2013: 1942)
b. *My parents think *to buy a new car*.
c. My parents are thinking of buying a new car.

Como podemos verificar em (19b), a frase é agramatical pelo facto de o verbo *think* não seleccionar *to-infinitive*; neste caso, para haver controlo de sujeito a sujeito, é necessária uma alternativa como o Present Continuous (*are thinking (of)*) na oração subordinante combinado com Gerúndio (*buying*) na oração subordinada, como se pode verificar pela gramaticalidade de (19c).

4.3. Verbos volitivos

Os verbos volitivos como *desejar*, *pretender* e *querer*, como apontam Barbosa & Raposo (2013), são verbos que seleccionam infinitivo não flexionado em Português e também seleccionam *to-infinitive* em Inglês, como podemos verificar em (20a) e (20b), respetivamente:

- (20) a. Eu quero *sair*.
b. I want *to leave*.

4.4. Verbos que designam “gostos”, atitudes subjetivas ou disposições do sujeito

Os verbos que Barbosa & Raposo (2013) designam como ações que denotam “gostos”, atitudes subjetivas ou disposições do sujeito da oração principal relativamente à proposição representada pela oração subordinada como *adorar, ameaçar, conseguir, decidir, detestar, evitar, lamentar, ousar, preferir, procurar, prometer, recusar, suportar e temer*, podem selecionar infinitivo não flexionado em Português, mas não selecionam *to-infinitive* em Inglês, como podemos observar em (21a) e em (21b):

- (21) a. Eu detesto *ir ao centro comercial aos domingos*.
b. *I hate *to go to the shopping centre on Sundays*.
c. I hate *going to the shopping centre on Sundays*.

Em Inglês, o verbo *hate* não seleciona *to-infinitive*, como se pode observar em (21b), e este tipo de verbos combina-se com Gerúndio na língua para haver correferência de sujeitos, como se pode verificar pela boa formação de (21c).

4.5. Verbos diretivos

Os verbos diretivos como *implorar, insistir (com), pedir*, por um lado, e *exigir, impor, permitir, propor, recomendar*, por outro, selecionam infinitivo não flexionado em Português, mas não selecionam *to-infinitive* em Inglês. Observe-se (22a) e (22b):

- (22) a. Eu insisti em *saber o que se passava*.
b. *I insisted *to know what was going on*.
c. I insisted on *knowing what was going on*.

A agramaticalidade de (22b) deve-se ao facto de, em Inglês, um verbo como *insist* não selecionar *to-infinitive*. Pelo contrário, *insist* é um verbo que seleciona uma preposição (*on*) e que se combina com Gerúndio (*knowing*) para haver controlo de sujeito.

Pelo contrário, verbos como *exigir/to demand*, selecionam infinitivo não flexionado em Português ((23a)) e também *to-infinitive* em Inglês ((23b)).

- (23) a. Eu exigi *saber o que se passava*.
b. I demanded *to know what was going on*.

5. Características das construções infinitivas em Português e em Inglês

Podemos começar a explicitar um conjunto de particularidades que o Português e o Inglês partilham pelo facto de serem línguas que podem não apresentar sujeitos expressos em orações infinitivas não flexionadas.

Vistos os verbos que nas duas línguas podem seleccionar orações infinitivas de controlo de sujeito obrigatório - os verbos volitivos e um tipo de verbos dentro dos diretivos (como *exigir/demand*) -, temos uma semelhança a salientar entre as duas línguas neste tipo de estruturas.

De acordo com Lobo (2013), não é admitido em ambas as línguas a projeção de um sujeito antes do verbo da oração infinitiva (não flexionada, em Português), como se pode observar na adaptação do exemplo (5), quer ele seja o mesmo que o sujeito gramatical da oração principal, como se pode verificar em (24), quer ele seja distinto, como se pode verificar em (25):

(24) a. */#A Ana quer [*ela* fazer as malas].

b. *Ann wants [*she* to pack].

(25) a. *A Ana quer [eles fazer as malas].

b. *Ann wants [they to pack].

Como podemos verificar, as duas línguas têm um comportamento semelhante no que à expressão de sujeito na oração infinitiva diz respeito.

Note-se, contudo, que embora considerada agramatical pela maioria dos falantes frases como (24a), quando são produzidas com uma prosódia específica, são consideradas gramaticais por alguns falantes do Português, com uma leitura de correferência entre o pronome e o sujeito matriz e com uma focalização sobre o pronome sujeito. Neste caso, temos um exemplo de topicalização prosódica.

É de salientar o facto de que, em Português, se prefere o Conjuntivo, ou seja, um tempo finito, e o complementador *que* nos casos em que o sujeito da oração infinitiva é distinto do sujeito da oração principal, como em (25c) (cf. A Ana quer [que eles façam as malas]).

Em Inglês prefere-se o pronome no caso oblíquo quando o sujeito não é correferente (cf. *Ann wants [them to pack]*). Esta construção é designada construção de caso excepcional¹⁴, na qual parece ser o verbo da oração matriz a atribuir o caso àquilo que corresponderá ao sujeito da oração completiva.

Para além das diferenças que já verificámos na secção 4, relativamente aos verbos que podem seleccionar uma oração infinitiva nas duas línguas, há diferenças de outra ordem que pretendemos salientar.

Uma propriedade distinta entre as duas línguas e relacionada com o que é referido anteriormente é o facto de, em Português, poder ocorrer um sujeito pós-verbal na oração infinitiva ((26a)) e de em Inglês o mesmo não acontecer.

Mais uma vez, trata-se de um sujeito marcado e a alteração da ordem dos constituintes constitui uma estratégia de focalização sintática. Tal é impossível em Inglês, como evidenciado em (26b):

- (26) a. *A Ana quer fazer ela as malas.*
b. **Ann wants to pack she.*

Outra diferença que podemos salientar entre as duas línguas no que diz respeito a este tipo de orações tem que ver com o facto de, em Inglês, poder haver o fenómeno da contração de *want to* quando os sujeitos são correferentes, como se pode observar em (27b). Isto acontece porque o PRO que temos nestes casos é uma categoria vazia, mas que não se comporta como outras categorias vazias¹⁵. Na verdade, como aponta Hornstein (1999), o PRO é muito mais próximo de uma categoria como um sintagma nominal do que de uma verdadeira categoria vazia e deve ser entendido como a recuperação de um sintagma nominal que venha anteriormente.

- (27) a. não existe fenómeno equivalente em Português
b. They *wanna* go.

6. Considerações finais

¹⁴ A propósito deste tema, cf. Duarte (2003: 641-642) e bibliografia aí referida.

¹⁵ “PRO is restricted to ungoverned positions that are non-opaque in the sense of the theory of binding; and it must appear in positions where an NP is required but no Case is assigned (excluding phonetically-realized NP) and the position in ungoverned (excluding trace)” (Chomsky 1982: 74).

Com este trabalho, pretendemos debruçar-nos sobre o fenómeno de controlo obrigatório de sujeito da oração subordinada pelo sujeito da oração subordinante em orações infinitivas não flexionadas em Português Europeu e tentar estabelecer uma comparação, ainda que muito incipiente, com o Inglês.

Assim, apontámos as particularidades das duas línguas relativamente a um tema que está intimamente relacionado com o fenómeno de controlo: o sujeito nulo. Apesar de ambas as línguas se comportarem de maneira distinta quando temos sujeitos nulos em orações finitas, o Português e o Inglês são semelhantes quanto à expressão de sujeitos nulos em orações infinitivas.

Tentando responder às três perguntas norteadoras para a realização do presente trabalho, verificámos que, de acordo com a investigação feita para as duas línguas, estas construções surgem cedo no conhecimento sintático das crianças portuguesas e inglesas. As estruturas de controlo de sujeito são as primeiras a consolidarem-se, em comparação com as construções de controlo de objeto direto e indireto, de acordo com os dados preentes em Freitas (2017) e Chomsky (1969), e o verbo que as crianças começam por dominar é o verbo volitivo *querer/want*.

A existência de um sujeito na oração infinitiva é essencial pelo facto de ter um papel temático associado a esta posição mesmo que não seja foneticamente realizada.

Com a manipulação dos dados feita e de acordo com as descrições sintáticas das duas línguas, os verbos que parecem licenciar mais naturalmente as construções de controlo de sujeito em Português e em Inglês, exatamente nos mesmos contextos, são os verbos volitivos e um tipo de verbos dentro dos diretivos (como *exigir/to demand*).

Deixar-se-á para um trabalho futuro uma apresentação mais exaustiva das semelhanças e diferenças entre as duas línguas no que diz respeito a este fenómeno e também o estudo de controlo obrigatório de sujeito da oração subordinada pelo objeto direto e pelo objeto indireto de uma oração infinitiva na comparação entre as duas línguas.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, P.; Raposo, E. P. 2013. “Subordinação argumental infinitiva”. In Raposo, E. B. P.; Nascimento, M. F. B.; Mota, M. A. C; Seguro, L.; Mendes, A. (orgs.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, pp. 1901-1977.
- Chomsky, C. 1969. *The Acquisition of syntax in children from 5 to 10*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Chomsky, N. 1982. *Lectures on Government and Binding*. Studies in Generative Grammar. Dordrecht - Holland/Cinnaminson - U.S.A: Foris Publications. pp. 74-79.
- Duarte, I. 2003. “Subordinação completiva - as orações completivas”. In Mateus, M. H. M.; Brito, A. M; Duarte, I.; Faria, I. H. (eds.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 593-640.
- Gamas, F. M. A. 2016. *Aquisição da interpretação de sujeitos nulos em contexto de obviação referencial*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Haegeman, L.; Guéron, J. 1999. *English Grammar: a generative perspective*. Massachusetts: Blackwell Publishers Inc.
- Hornstein, N. 1999. “Movement and Control”. In *Linguistic Inquiry*, vol. 30, n. 1, Winter, pp. 69–96.
- Kapetula, J. G. K. 2016. *Interpretação dos sujeitos nulos no Português de Angola*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Landau, I.; Thornton, R. 2011. “Early child control”. In *Lingua* 121 (5), pp. 920-941.
- Lobo, M. 2013. “Sujeito nulo: sintaxe e interpretação”. In Raposo, E. B. P.; Nascimento, M. F. B.; Mota, M. A. C; Seguro, L.; Mendes, A. (orgs.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, pp. 2309-2333.
- Lyngfelt, B. 2009. Control phenomena. In Brisard, F.; Östman, J.-O.; Verschueren, J. (eds.) *Grammar, Meaning and Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 33-49.
- Rosenbaum, P. S. 1967. *The grammar of English predicate complementation*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

Santos, A. L. 2017. “Alguns aspetos da aquisição de orações subordinadas completivas”. In Freitas, M. J.; Santos, A. L. (eds.), *Aquisição de língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português*. Berlin: Language Science Press, pp. 249–273.

ANÁFORA ASSOCIATIVA MERONÍMICA E ANÁFORA ASSOCIATIVA POSICIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA¹⁶

Rute Rebouças¹⁷

rute.reboucas.10@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. A anáfora associativa baseia-se numa relação indireta, de não correferência, manifestada pela inexistência de identidade lexical ou semântica com o antecedente, definindo-se por uma relação de meronímia, de hiponímia, actancial ou posicional, atualizada através de substituições nominais com expressões do mesmo campo lexical ou semântico. Este estudo concentra-se na distinção entre anáforas associativas meronímicas e anáforas associativas posicionais. Com a finalidade de encontrar semelhanças e diferenças entre estes dois tipos de anáforas associativas, foi feita uma recolha de pequenos textos autênticos, de diversos tipos, e uma posterior análise e comparação, tendo em conta a base teórica exposta na parte inicial deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE. Anáfora, Anáfora Associativa Meronímica, Anáfora Associativa Posicional, Relação Indireta, Léxico, Semântica.

ABSTRACT. The associative anaphora is based on an indirect relationship, of non-co-reference, manifested by the inexistence of lexical or semantic identity with the antecedent and defined by a relation of meronymia, hyponymy, actancial or positional, updated through nominal substitutions with expressions of the same lexical or semantic field. This study focuses on the distinction between associative meronymic anaphora and positional associative anaphora. To find similarities and differences between these two types of associative anaphora, a small collection of authentic texts of several types was collected, and a later analysis and comparison was carried out, taking into account the theoretical base exposed in the initial part of this article.

KEY-WORDS. Anaphora, Meronymic Associative Anaphora, Positional Associative Anaphora, Indirect Relationship, Lexicon, Semantics.

¹⁶ Este trabalho foi realizado no âmbito do seminário de Questões de Linguística de Texto e do Discurso, incluído no plano de estudo do Mestrado em Linguística.

¹⁷ Estudante do 2.º ano de Mestrado em Linguística.

1. Introdução

Este trabalho consiste na análise de um subtipo concreto de anáfora – a anáfora (indireta) associativa. No entanto, o objetivo deste estudo é a comparação entre a anáfora associativa meronímica e a anáfora associativa posicional, tentando encontrar pontos que aproximam ou distanciam estes tipos de anáforas. De forma a dar resposta às questões de investigação, 1. A anáfora associativa meronímica e a anáfora associativa posicional promovem a progressão textual?, 2. Quais os pontos que aproximam e distanciam a anáfora associativa meronímica e a anáfora associativa posicional?, 3. Será que a anáfora associativa meronímica e a anáfora associativa posicional aceitam qualquer tipo de artigo?, faz-se uma breve abordagem de alguns conceitos importantes para o desenvolvimento deste estudo com base em autores como Marcuschi (2001), Oliveira (1988) e Silva (1999, 2005), tendo como objeto de estudo textos autênticos de diferentes fontes.

Este trabalho está dividido em três secções. A primeira secção apresenta duas subdivisões, nas quais são expostas questões teóricas relacionadas com o conceito geral de anáfora (cf. 2.1) e com a anáfora indireta associativa (cf. 2.2). O ponto 2.2 apresenta ainda outra divisão, com vista a descrever os dois tipos de anáfora associativa a estudar: a anáfora associativa meronímica (cf. 2.2.1) e a anáfora associativa posicional (cf. 2.2.2). De seguida, na segunda secção é apresentada a metodologia usada neste estudo (cf. 3) e, posteriormente, no ponto 4, são expostos e analisados dez textos autênticos retirados de diversas fontes, tais como textos de blogues, anedotas, Wikipédia e passagens de livros. Esta análise é feita tendo em consideração as propriedades e características de cada anáfora, mencionadas no enquadramento teórico (cf. 4.1 e 4.2). Além disto, na secção 4.3, é ainda feita uma outra análise que conta com a verificação da aceitabilidade que as anáforas meronímica e posicional possuem em construções com artigos definidos e indefinidos. Esta última análise conta com o apoio teórico de Ziem (2015) e é acompanhada por uma tabela que ilustra as diferenças e semelhanças entre as anáforas associativas posicional e meronímica e que inclui exemplos ilustrativos. Na última parte deste trabalho são apresentadas algumas considerações finais, baseadas sobretudo na base teórica apresentada e no *corpus* recolhido, e algumas propostas para trabalhos futuros.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Anáfora: conceito geral

Silva (1999: 253) define anáfora como uma propriedade das línguas naturais que tem o objetivo de, segundo Oliveira (1988: 1), evitar certas redundâncias e repetições. A anáfora constitui um “fenómeno linguístico estreitamente ligado à dinâmica textual”, caracterizando-se por conter dependência interpretativa de um sintagma. Esse sintagma ocupa uma posição de grupo nominal relativamente ao texto em que ocorre, recrutando um termo como antecedente e retomando esse mesmo antecedente na interpretação do termo dependente (Silva 1999: 253).

De acordo com Silva (1999), devido a esta função, a anáfora contribui para assegurar a progressão textual, estabelecendo coesão e coerência sem repetições ou redundâncias, mantendo o foco na linearidade do texto. Assim, ao manter esse foco, vão-se formando cadeias referenciais cruciais para a progressão referencial, permitindo que o leitor estabeleça “uma relação semântica entre itens lexicais de um texto” (Silva 2008: 267).

Como foi referido inicialmente, há vários tipos de anáforas associativas. Porém, há outros tipos de anáforas. Na Figura 1, pode observar-se a proposta de Lopes & Carapinha (2013), na qual verificamos que o conceito de anáfora se pode dividir em três grandes grupos: anáfora direta (ou correferencial), que, por sua vez, também apresenta ramificações (anáfora pronominal, anáfora zero, anáfora nominal por repetição (ou total) ou por substituição (ou parcial), e anáfora adverbial); (outras) anáforas discursivas, como nominalização resumptiva, pronominalização resumptiva e adverbialização resumptiva; anáfora associativa. Este tipo de anáfora, a anáfora associativa, é, como iremos explicar de seguida (cf. 2.2), um tipo de anáfora indireta ou não correferencial.

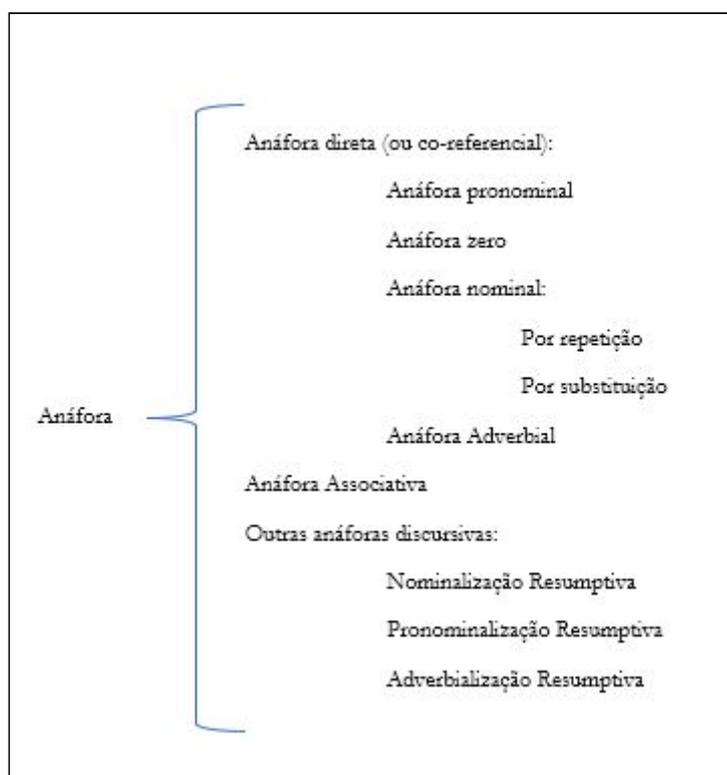


Figura 1. *Tipos de Anáfora* (cf. Lopes & Carapinha (2013)).

2.2. Anáfora Indireta Associativa

A anáfora indireta, ou não correferencial, é tipicamente constituída “por expressões nominais definidas ou por pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente explícito no texto” (Marcuschi 2001: 217). De facto, segundo Marcuschi, na base da anáfora indireta não está uma reativação de referentes já conhecidos, mas sim uma ativação de referentes novos no discurso, “o que constitui um processo de referenciação implícita” (2001: 217). Este tipo de anáfora contribui para o estabelecimento de coesão e coerência textual, uma vez que existe, no processo textual, construção, indução ou ativação de referente, sendo, por isso, considerada pelo autor acima referido (Marcuschi 2001: 219) e por Silva (2005: 125) um caso de referência textual indireta.

Vinculada à anáfora indireta está a anáfora associativa, dado que esta última se baseia numa relação de não correferência manifestada pela inexistência de identidade lexical ou semântica com o antecedente. Assim, é definida, de acordo com Silva (1999: 254), por uma relação de meronímia, de hiponímia, actancial ou posicional, atualizada através de

substituições lexicais com expressões do mesmo campo semântico e lexical, determinadas pelo artigo definido. Silva (2005: 132) apresenta três perspetivas diferentes da definitude e indefinitude da anáfora associativa: a perspetiva léxico-estereotípica, a perspetiva discurso-cognitiva e a perspetiva pragmática-cognitiva. Todas estas perspetivas consideram que a anáfora associativa é, por norma, determinada pelo artigo definido; porém, aceita também a ocorrência de indefinidos, demonstrativos e pronomes de qualquer tipo (ver 4.3).

De facto, este tipo de anáfora constitui um processo referencial no qual há evocação e especificação de um novo referente, que é introduzido no discurso por intermédio de um referente já evocado e especificado que faz parte do discurso (Figura 2). Isto é, os referentes não são iguais, mas apresentam características que os fazem pertencer a um mesmo campo lexical.



Figura 2. *Processo inferencial da anáfora indireta associativa.*

Silva (2005: 233) estabelece uma tipologia das anáforas associativas que se concentra na divisão entre anáforas léxico-semânticas e anáforas léxico-conceptuais. As anáforas léxico-semânticas propiciam a relação anafórica através do recurso ao saber semântico do recetor, ligado ao estabelecimento de grupos paradigmáticos cujos elementos constitutivos estão armazenados no léxico em termos relacionais. Este tipo de anáforas subdivide-se ainda em anáforas meronímicas (ver 2.2.1) e actanciais.

No caso das anáforas léxico-conceptuais, ao contrário das acima explicitadas, uma vinculação ao saber léxico-semântico dos interlocutores não é suficiente, visto que neste caso a relação existente entre os referentes e as entidades linguísticas é menos imediata do que aquela que é ativada nas anáforas de tipo léxico-semântico. Neste tipo de anáforas

integram-se as posicionais (ver 2.2.2), uma vez que estas se focam na relação lexical estabelecida na base de modelos cognitivos (Silva, 2005: 235).

2.2.1. Anáfora Associativa Meronímica

A relação de meronímia não deve ser entendida apenas como uma relação entre parte/todo, mas também como uma relação de inclusão. De acordo com Silva (2005: 236), a anáfora meronímica pode apresentar duas formulações, tendo em conta que o significado nuclear, estando ou não armazenado no léxico mental do interlocutor, representa a concetualização de uma relação de inclusão (Figura 3).

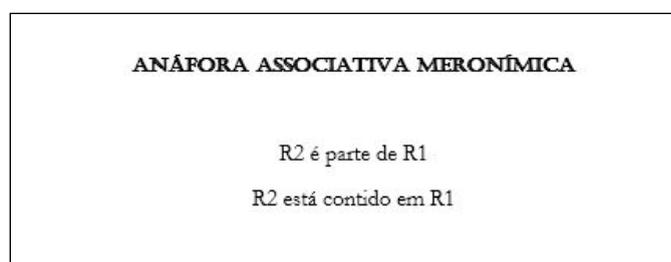


Figura 3. Formulações da Anáfora Meronímica (cf. Silva (2005: 236)).

Segue um excerto que exemplifica este tipo de anáfora:

(1) A **flor** é uma estrutura de crescimento determinado que é composta por **folhas** modificadas, quer estrutural quer funcionalmente, com vista à realização das funções de produção dos gâmetas e de proteção dos mesmos, através dos antófilos. O **caule** caracteriza-se por um crescimento indeterminado. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/>)

A Figura 3, construída com base em Silva (2005: 236), mostra que este tipo de anáfora trata de relações de ‘estar incluído em’. Isto é, tomando como exemplo o excerto (1), sabemos, através do que aprendemos ao longo do processo escolar e do nosso conhecimento do mundo, que ‘folhas’ e ‘caule’ estão incluídos em ‘flor’. Assim, voltando uma vez mais a nossa atenção para a Figura 3, R2 ‘caule’ está contido em R1 ‘flor’, tal como R2 ‘folhas’ é parte de R1 ‘flor’.

2.2.2 Anáfora Associativa Posicional

Ao contrário da anáfora associativa meronímica, este tipo de anáfora decorre da atribuição à anáfora de uma posição num determinado modelo cognitivo. A resolução das anáforas associativas posicionais, segundo Silva (2005: 244), implica a ativação de um modelo cognitivo armazenado no conhecimento enciclopédico do recetor, que lhe permite associar as anáforas presentes no discurso a uma estrutura textual precedente. O exemplo seguinte ilustra este tipo de anáfora (cf. (2)).

(2) Este **restaurante** é um dos lugares mais animados da Baixa nas noites que correm. Mesas comunitárias altas, música a fazer-se ouvir, bons cocktails e um **menu** inspirado nos quatro cantos do mundo. Os **pratos** são para partilhar e há alternativas tão viajadas como a moqueca de corvina e camarão, a picanha com abacaxi grelhado ou os noodles com gambas e shiitake.
(<https://www.timeout.pt/porto/pt/restaurantes/mundo>)

Além disto, Silva (2005: 247) considera que a anáfora associativa posicional apresenta um duplo sentido, visto que promove a interdependência entre o escopo concetual de uma entidade discursiva e as respetivas atualizações lexicais e acentua o valor das unidades léxicas como estruturas que são simultaneamente estáticas e flexíveis.

3. Metodologia

Com base em questões teóricas propostas por Silva (1999, 2005), Marcuschi (2001) e Oliveira (1988), foram recolhidos dezasseis excertos de textos (anedotas, blogues, Wikipédia, livros); porém, são apresentados apenas dez excertos, uma vez que alguns desses excertos se assemelhavam entre si, contendo, por exemplo, a mesma anáfora associativa meronímica.

Após esta recolha, os excertos foram agrupados em dois grupos diferentes, uma vez que o objetivo deste estudo é comparar e analisar semelhanças e diferenças dos dois tipos de anáfora associativa acima explicitados (meronímica e posicional). Com base na proposta de Ziem (2015), é feita ainda outra análise, que consiste na observação da ocorrência e aceitabilidade dos determinantes definidos e indefinidos em construções com estas anáforas.

Nesta análise não foi tido em conta o tipo de género textual, tendo sido, por isso, usados géneros diversos.

4. Exposição e Análise de Dados

4.1. Exemplos: Anáfora Associativa Meronímica

Tendo em conta que a anáfora associativa meronímica estabelece uma relação de inclusão, iremos agora analisar os excertos recolhidos.

(3) O **corpo humano** é constituído por diferentes partes, entre elas, a pele, os músculos, os nervos, os órgãos, os ossos etc. Cada parte do corpo humano é formada por inúmeras **células** que apresentam formas e funções definidas. Além disso, existem os **tecidos**, órgãos e **sistemas**, os quais funcionam de modo integrado. (<https://www.todamateria.com.br/corpo-humano/>)

(4) Um **livro** não é somente um monte de **folhas** presas pela **capa**. Ele possui partes, mais ou menos constantes em todos os títulos. A **capa** e o **miolo** são os dois grandes segmentos que compõem um livro, mas cada um deles possui partes específicas e complexas em sua elaboração. (<https://santabiblioteconomia.com/tag/estrutura-do-livro/>)

(5) Os **pinheiros** são plantas perenes e também produzem resinosos. A **casca** da maioria dos pinheiros é grossa e escamosa. Os **brotos** (ou **rebentos**) são produzidos em inflorescências regulares, que de facto são uma espiral apertada aparentando um anel de brotos que surgem do mesmo ponto. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pinheiro>)

(6) **Casa** sede da Estância Jangada, localizada à margem da parte mais larga da Represa Jurumirim, numa área de aproximadamente 2 alqueires. A casa com 1.000m construídos está situada no meio de bosque ajardinado, com vasto gramado em volta dela até a praia de areia. A **casa**, arejada e com muito conforto, tem amplos **cômodos** mobiliados em alto padrão, e acomoda confortavelmente 24 pessoas com suas 5 **suítes**, 1 "suíte americana" e 1 **quarto** solteiro duplo. Todos os **quartos** com ar condicionado.

Amplas **salas** com 2 lareiras, uma **varanda** dando frente para a Represa e outra para a piscina. **Sala jogos**, **cozinha** muito bem equipada e com fogão e coifa industrial, **sala jantar** interna e outra externa na varanda da piscina, onde está localizada a **churrasqueira**. (<http://estanciajangada.com.br/descricao-da-casa/>)

(7) Todos os **pneumáticos YAM** possuem um sistema de ar inteligente incorporado nos flutuadores do **casco**. Isto não só ajuda a manter as **câmaras individuais** completamente seladas para uma maior segurança, mas também ajuda a manter e equilibrar a pressão do ar ao longo dos flutuadores. Entre outras coisas, isto permite também que o **barco** absorva impactos ligeiros sem grandes problemas. Para além de características de segurança como **pegas**

resistentes, **fixadores de assento**, **argolas em D**, **olhais de suspensão** e outros acessórios, o conforto é também uma prioridade.

(<https://www.nauticapress.com/barcos-yam-270ta-e-310taf-com-casco-em-aluminio/>)

Os exemplos (3) a (7) retratam, de facto, uma relação de inclusão, na qual existem partes específicas integrantes de um todo. Os excertos acima enquadram-se na formulação proposta por Silva (2005: 236), uma vez que, e tomando como exemplo o excerto (3), é possível verificar que as “células” e os “tecidos” são partes integrantes do *corpo humano*. O mesmo acontece quando estamos perante a constituição de um *livro* (cf. (4)) ou as partes constitutivas de uma *casa* (cf. (5)), de um *barco* (cf. (7)) ou até mesmo de uma árvore, neste caso de um *pinheiro* (cf. (6)), que, *a priori*, já são conhecidas pelo recetor.

Na verdade, podemos ainda formular que “Num Y, há um X”, de acordo com Silva (2005: 237), visto que, por norma, em cada *livro* (ver exemplo (4)) existe uma “capa”, em cada *casa* (cf. (6)) há um “quarto”, cada *pinheiro* tem “rebentos” (exemplo (3)), em cada *barco* temos o “casco” (7) e, como é conhecido, cada *corpo humano* compreende “células” e “tecidos” na sua constituição. É de salientar que esta relação de inclusão, em que se baseia a anáfora em estudo, faz parte do conhecimento interiorizado dos falantes e que estes a recuperam imediatamente ao nível do discurso, tendo em consideração o contexto e a estrutura textual em que ocorre.

4.2. Exemplos: Anáfora Associativa Posicional

Uma vez que a anáfora associativa posicional decorre da atribuição à anáfora associativa de uma posição num determinado modelo cognitivo, não estando somente relacionada com a relação de todo/parte, são expostos de seguida exemplos que configuram esse tipo de anáfora.

(8) No **cinema** estamos mais acostumados a ver filmes, mas a UCI quer pôr-nos a ver futebol durante o Mundial da Rússia. Os jogos de Portugal vão passar em **ecrã gigante** nas **salas** do El Corte Inglés (Lisboa), no DolceVita Tejo (Amadora) e no Arrábida Shopping (Gaia). Os **bilhetes** para assistir aos jogos da Seleção Nacional custam seis euros e incluem ainda **pipocas** médias e uma **bebida** de 50 cl. Para comprar os **bilhetes** pode fazê-lo no site dos cinemas

UCI ou então nas **bilheteiras** dos cinemas. (<https://trendy.pt/2018/06/cinema-uci-portugal/>; 15-06-2018)

(9) Numa **feira**, o **anfitrião** aborda um **convidado**: - Aquela senhora que está cantando ao lado do pianista é minha mulher! - Como? - Aquela senhora que está cantando ao lado do pianista é minha mulher! - O quê? - Aquela senhora que está cantando é minha mulher! - Fala mais alto que tem uma velha cantando! (<https://www.anedotas.rir.com.pt/anedota654.htm>)

(10) Há sítios onde apetece levar os amigos, e o Brick Clérigos, um dos mais bonitos **restaurantes** da cidade, é um deles. E a magnífica mesa comunitária no centro da sala é a desculpa perfeita para juntar a malta toda num **almoço** ou **jantar** de comemoração. A **carta** é simples, prática e, mais importante, saborosa. **Pratos** como a tosta de frango assado e espargos, a de abacate e camarão, a sanduíche de bochecha de porco, o wrap de cogumelos e a salada de queijo de cabra com nozes são algumas das alternativas mais populares. Se vir um bolo de cenoura com recheio de queijo creme pousado no balcão, fixe-o. E coma-o à **sobremesa**. (<https://www.timeout.pt/porto/pt/restaurantes/as-melhores-mesas-comunitarias-no-porto>)

(11) O homem está a jantar num **restaurante**, mas a comida é tão má que ele não aguenta: - **Garçon**, por favor, eu não consigo comer esta comida. Chame-me o **gerente**. - Não adianta. Ele também não vai conseguir comer. (<https://www.anedotas.rir.com.pt/anedota658.htm>)

(12) Lembro-me da **esplanada** em que me sentei, com o calor a subir das pedras e do alcatrão, **clientes** banais, o **criado** a trazer as **encomendas** de má vontade. (“Verão” de Nuno Júdice in *A Ideia do Amor e Outros Contos*)

Os exemplos acima apresentados permitem explicitar o funcionamento deste tipo de anáfora, dado que as anáforas associativas posicionais são definidas como posições num determinado modelo cognitivo com uma certa função. Essa posição relaciona-se com outras posições do esquema e é ativada em função da sua finalidade, apresentando nós de ligação com outras posições em esquemas distintos. No exemplo (8), as anáforas associativas “bilhetes”, “bilheteiras”, “salas”, “pipocas”, “bebidas” encontram o antecedente no escopo concetual da expressão *cinema*, sendo a partir desta ligação que se produz a resolução da anáfora. Já no exemplo (9), as anáforas “anfitrião” e “convidado” têm como ponto de referência a expressão *feira*. Os exemplos de (10) a (12) retratam mundos idênticos, estando

associados às expressões *restaurante* e *esplanada* anáforas associativas do tipo “almoço”, “jantar”, “pratos” / “encomendas”, “gerente”, “garçon” / “criado” e “clientes”.

Efetivamente, nestes exemplos, conforme Silva (2005: 246), as anáforas associativas que se vão sucedendo ao longo do texto funcionam como posições que se ligam de forma indireta por via de uma rede superordenada de várias etapas que se sucedem para a representação do evento completo. Podemos ainda afirmar que estas expressões anafóricas, que se caracterizam por serem anáforas posicionais, pertencem a um mesmo campo lexical, uma vez que este, segundo Cunha & Cintra (2014: 106), engloba um conjunto de palavras associadas, pelo seu significado, a um determinado domínio concetual. De facto, quando estamos perante textos do tipo dos exemplos de (8) a (12), o recetor dispõe de um conjunto de unidades léxicas que lhe permitem transpor o modelo cognitivo de conhecimento enciclopédico para o domínio textual (Silva 2005: 247).

4.3. Outra análise comparativa entre Anáfora Associativa Meronímica e Anáfora Associativa Posicional

Segundo Ziem (2015: 97), existem ainda três tipos de anáfora, se considerarmos a definitude: anáfora associativa direta definida, anáfora associativa direta indefinida e anáfora associativa indireta. Com base neste autor, apresentamos de seguida uma tabela (Tabela 1), na qual são expostos exemplos caracterizadores destes tipos de anáforas associativas.

Tipo de Anáfora Associativa		Propriedades Referenciais	Exemplos ¹⁸
Anáfora Associativa Direta	Definida	Relacional, referência única de antecedente nominal	A Maria está a ler o livro que a tia lhe ofereceu. A sua capa é florida.
	Indefinida	Relacional, referência não única de antecedente nominal	A Maria caminhou até ao seu carro . Ela viu um pneu furado.
Anáfora Associativa Indireta	Com antecedente nominal	Relacional, referência indireta única.	O empregado deslocou-se até à mesa , mas voltou para trás. Tinha-se esquecido da ementa .
	Com antecedente verbal		A Maria partia para Lisboa hoje. O avião atrasou-se de novo.

¹⁸Adaptados de Ziem (2015: 97).

Tabela 1. Tipos de Anáfora Associativa (Ziem 2015).

Na verdade, como é possível verificar, a proposta de Ziem (2015) aproxima-se da proposta de Silva (2005), dado que podemos associar a anáfora associativa direta (segundo Ziem 2015) à anáfora associativa meronímica (proposta de Silva 2005) e a anáfora associativa indireta (Ziem 2015) à anáfora associativa posicional (de acordo com Silva 2005), tendo em conta as características de cada uma. Isto é, a anáfora associativa direta liga-se a uma relação de inclusão (propriedade da anáfora associativa meronímica), na qual existe uma parte (capa/pneu) contida num todo (livro/ carro). Por oposição, a anáfora associativa indireta relaciona-se com vocábulos pertencentes ao mesmo campo lexical (empregado, mesa, ementa – restaurante), mas estes apenas são associados devido ao conhecimento enciclopédico determinado por um domínio cognitivo, aproximando-se, deste modo, à anáfora associativa posicional.

Os exemplos apresentados em 4.1 e em 4.2 mostram que a anáfora associativa posicional se aproxima da anáfora associativa meronímica; porém, como vimos anteriormente, estas diferenciam-se no facto de a segunda se basear numa relação de inclusão e a primeira se focar na posição da anáfora num certo modelo cognitivo. Diferenciam-se também no que diz respeito à determinação das mesmas, ou seja, a anáfora associativa meronímica aceita o artigo definido ou o artigo indefinido, conforme as situações (cf. (13) a (16)); todavia, o mesmo não acontece com a anáfora associativa posicional (cf. (17) a (20)). Os exemplos (13) a (16) ilustram casos de anáfora associativa meronímica e os exemplos (17) a (20) ilustram casos de anáfora associativa posicional.

(13) a. A Maria comprou **o livro** que a amiga lhe indicou. **A folha** inicial estava rasgada.

b. A Maria comprou **o livro** que a amiga lhe indicou. **Uma folha** estava rasgada.

(14) a. O Rui sofreu um acidente de **carro**. **O pneu** esquerdo foi o único que resistiu à colisão.

b. O Rui sofreu um acidente de **carro**. Apenas **um pneu** ficou intacto.

(15) a. A **casa** da minha avó está à venda. **O telhado** ainda está em ótimas condições.

b. A **casa** da minha avó está à venda. **Um telhado** ainda está em ótimas condições.

c. A **casa** da minha avó está à venda. **O quarto** do primeiro andar tem casa de banho.

d. A **casa** da minha avó está à venda. **Um quarto** tem casa de banho.

- (16) a. O **barco** já não é usado há duas semanas. O casco pode não assegurar uma viagem tranquila.
b. O **barco** já não é usado há duas semanas. ??/*Um casco pode não assegurar uma viagem tranquila.
- (17) a. O **restaurante** onde habitualmente janto fica junto à faculdade. A carta apresenta diversas escolhas. O empregado é gentil.
b. O **restaurante** onde habitualmente janto fica junto à faculdade. ??/*Uma carta apresenta diversas escolhas. Um empregado é gentil¹⁹.
- (18) a. O **cinema** daqui da zona tem **filmes** muito bons. Os bilhetes não são caros.
b. O **cinema** daqui da zona tem **filmes** muito bons. ??/*Uns bilhetes não são caros.
- (19) a. A **feira** daqui do bairro tem início hoje às 20h. O anfitrião é o Presidente da Junta de Freguesia.
b. A **feira** daqui do bairro tem início hoje às 20h. ??/* Um anfitrião é o Presidente da Junta de Freguesia.
- (20) a. Não tinha sombra na **esplanada do restaurante**. Os clientes eram poucos.
b. Não tinha sombra na **esplanada do restaurante**. ??/* Uns clientes eram poucos.
c. Não tinha sombra na **esplanada do restaurante**. Os clientes eram estrangeiros.
d. Não tinha sombra na **esplanada do restaurante**. Uns clientes eram estrangeiros²⁰.

É de destacar que, quando a anáfora meronímica é antecedida de artigo indefinido, a expressão deixa de ser referencial; pelo contrário, quando é antecedida de artigo definido, passa a nomear objetos sem determinação específica ou então estabelece uma relação partitiva. O conjunto de frases em (14) mostra que, no primeiro caso, (14a), “pneu” é uma entidade concreta e conhecida pelo recetor, uma vez que é antecedido de artigo definido; já em (14b), como o nome “pneu” é precedido de artigo indefinido, o recetor sabe apenas que foi

¹⁹ Ao contrário da frase “Uma carta apresenta várias escolhas”, que é agramatical, a frase “Um empregado é gentil” é gramatical, desde que exista mais do que um empregado no restaurante.

²⁰ Considerando que existem mais clientes além dos que são designados como estrangeiros.

um “pneu” (parte constitutiva de “carro”), dado que o artigo indefinido retira especificidade ao nome. Estas anáforas aceitam, em contextos específicos, ambos os artigos; todavia, a anáfora associativa meronímica aceita mais facilmente o artigo indefinido do que a anáfora associativa posicional. É de sublinhar que não podemos generalizar a todos os casos e afirmar que a anáfora meronímica aceita ambos os artigos sem restrição, uma vez que existem contextos que o contradizem (cf. (15b) e (16b)). O mesmo pode ser dito quanto à anáfora associativa posicional, isto é, mesmo que esta aceite de forma mais fácil o artigo definido, não é possível descartar as ocorrências com o indefinido (cf. (17a) e (20d)).

A anáfora associativa posicional e a anáfora associativa meronímica, ao pertencerem a domínios distintos, distanciam-se na relação que estabelecem entre as expressões referenciais. No entanto, as anáforas aqui estudadas aproximam-se na seleção de conceitos, pois todos os vocábulos que surgem fazem parte do mesmo campo lexical introduzido pelo referente principal. Estas expressões a ser selecionadas são ativadas mais facilmente quando estamos perante a anáfora meronímica, porque existe, de facto, uma relação na qual está explícito o todo que tem na sua constituição as partes integrantes. Todavia, no caso da anáfora associativa posicional, a relação existente é cognitiva, dado que o falante, quando ativa um determinado referente central, dispõe de unidades lexicais específicas e distintas para progredir no discurso, desencadeando redes lexicais. Essa relação baseia-se no conhecimento enciclopédico de cada recetor e associa-se ao campo lexical de que cada conceito faz parte.

De modo a que a comparação entre a anáfora associativa meronímica e a anáfora posicional seja clara, apresentamos a seguinte tabela:

		Domínio	Relação	Ocorrência Com Artigos	Campo
Anáforas Associativas	Anáfora Meronímica	Léxico- Semântico	Inclusão (todo/parte)	Definidos e Indefinidos (Conforme o contexto)	Lexical e Semântico

	Anáfora Posicional	Léxico- Concetual	Cognição (conhecimento enciclopédico cognitivo)	Definidos e Indefinidos (Conforme o contexto)	Lexical
--	---------------------------	----------------------	--	--	---------

Tabela 2. Anáfora Meronímica e Anáfora Posicional.

Para concluir, é de salientar que estes dois tipos de anáfora têm uma mesma raiz, além da não correferência. Essa raiz é de caráter lexical, dado que ambas comportam expressões nominais associadas a um grupo de vocábulos pré-existentes e conhecidos pelos recetores.

5. Considerações Finais

O objetivo principal deste estudo consistiu em comparar dois tipos de anáfora associativa que não pertencem ao mesmo domínio anafórico: a anáfora associativa meronímica e a anáfora associativa posicional. Estes dois tipos de anáfora permitem uma ativação de referentes novos no discurso, contribuindo para o estabelecimento de redes anafóricas, e, conseqüentemente, para a progressão textual coesa e coerente. Todavia, como mencionado e exposto ao longo do trabalho, estes tipos de anáfora diferenciam-se pelo facto de a anáfora meronímica apresentar, ao contrário da anáfora posicional, uma relação de inclusão em que existem diferentes partes que formam um todo (o referente principal ao longo do percurso textual). No caso da anáfora associativa posicional, o referente principal ativa mais dificilmente uma série de vocábulos que integram o mesmo campo lexical, conhecidos *a priori*, uma vez que fazem parte do conhecimento enciclopédico cognitivo de cada recetor.

Quanto à aceitabilidade por parte das anáforas meronímicas e posicionais em construções com artigos definidos e indefinidos, verificou-se que as primeiras aceitam o artigo definido mais facilmente do que o artigo indefinido, dado que, quando este tipo de anáfora surge antecedido de artigo indefinido, em contextos em particular, a frase torna-se agramatical. Quando esta aceita construções com artigo indefinido, a leitura específica passa a não específica, sendo, também, desencadeada uma leitura partitiva. A anáfora posicional não aceita construções com artigo indefinido, devido ao tipo de domínio a que pertence e ao facto

de em cada contexto concetual existirem somente entidades específicas; porém, pode aceitar, em raras situações, o indefinido, tal como foi possível observar na análise de dados.

Contudo, apesar das diferenças acima mencionadas, as anáforas aqui estudadas, ao serem utilizadas no discurso, selecionam vocábulos do mesmo campo lexical e, por este motivo, aproximam-se e podem, muitas vezes, ser confundidas, caso o recetor não conheça as características de cada uma.

Por fim, é importante salientar que os textos selecionados reportam mundos específicos, nos quais é visível a relação entre a entidade referencial principal e as restantes que são escolhidas por essa entidade referencial principal. O tipo de anáfora meronímica é mais utilizado em discurso escrito do que a anáfora posicional, uma vez que o primeiro estabelece uma relação de inclusão (parte/todo) e a segunda prende-se com o conhecimento concetual do recetor, estando presente em construções específicas de explicitação de algo. Nos exemplos apresentados, a anáfora posicional estava presente na referência a atividades como o cinema ou a restauração. É possível afirmar que as anáforas associativas posicionais estabelecem também uma relação em que os conceitos selecionados fazem parte do conceito mais geral e, por isso, poderemos inferir que se aproxima da anáfora meronímica.

Em estudos futuros, seria interessante analisar estas construções em géneros textuais específicos, tentando analisar as situações nas quais este tipo de anáforas pode ocorrer, dado que, neste estudo, não foi tido em consideração o género textual. Além disso, é de referir a possibilidade futura de comparar as anáforas associativas no seu todo, agregando às já estudadas a anáfora actancial, tendo em consideração que a anáfora meronímica e a anáfora actancial fazem parte do mesmo domínio (léxico-semântico) e a anáfora posicional se insere no domínio léxico-concetual, por recrutar o conhecimento cognitivo do recetor.

REFERÊNCIAS

Cunha, C.; Cintra, L. 2014. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 21.^a edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

- Marcuschi, L. 2001. Anáfora Indireta: o barco textual e suas âncoras. *Revista Letras*. 56: 217-258.
- Martins, M. C. 2001. *Anáfora Associativa – Algumas Questões*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Oliveira, F. 1988. *Relações Anafóricas: Algumas Questões*. Porto: FLUP.
- Silva, A. da. 2008. A leitura e o processamento da anáfora conceitual. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*. 8(2): 265-287.
- Silva, F. 1999. A dimensão cognitiva na anáfora associativa: um exemplo. *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*. Porto: FLUP: 253-268.
- Silva, F. 2005. *Contributos para a Descrição da Anáfora Associativa em Português Europeu*. Dissertação de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ziem, A. 2015. FrameNet, Barsalou Frames and the Case of Associative Anaphora. In Gamerschlag, T., Gerland, D., Osswald, R. & Petersen, W. (Eds.). *Meaning, Frames and Conceptual Representation*. Düsseldorf: dup. <http://dup.oa.hhu.de/517/2/buch.pdf>: 93-112.

Almeida, M. B; Teixeira, L. M. D.; Coelho, K. C.; Souza, R. R.

**2010. *Relações semânticas em ontologias:*
estudo de caso do Blood Project. Rio de Janeiro:
Liinc em Revista, v. 6, n. 2. pp. 384-410.**

Eloísa Bastos

up201707717@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

1

A publicação do artigo *Relações semânticas em ontologias: estudo de caso do Blood Project*, em 2010, pela Liinc Revista, apresenta-se como um instrumento suplementar de refinamento, no que diz respeito ao processo de construção de ontologias no domínio da Hematologia e Hemoterapia. Aplicando a análise semântica de verbos à construção de ontologias, o presente artigo revela-se uma ferramenta profícua no melhoramento e na eficiência da fase de conceptualização, ainda que se possa considerar oportuno um maior desenvolvimento do estudo.

2

O artigo encontra-se dividido em quatro secções. Numa parte inicial, os autores apresentam um breve resumo do conteúdo do artigo, seguido da secção introdutória que, por sua vez, oferece um enquadramento diacrónico do estado da arte e da aplicabilidade das ontologias a ramos científicos como o da Inteligência Artificial ou das Ciências da Comunicação. Ainda na secção introdutória, destacando uma análise interdisciplinar, os autores explicitam os objetivos e a contextualização da sua investigação no *Blood Project*, bem como a metodologia adotada para responder a questões que comparam a variação semântica das relações entre verbos com a criação de ontologias. Esta secção termina com uma síntese do principal contributo deste trabalho para a construção de ontologias médicas, na

medida em que fornece elementos de aperfeiçoamento na construção de conceitos. É ainda apresentada a estrutura do artigo.

A segunda secção, “Semântica e relações semânticas”, subdivide-se em três subsecções. A subsecção 2.1., “Considerações básicas sobre semântica na Linguística e na CI”, apresenta um enquadramento teórico que define a semântica através de diversas abordagens: a *abordagem referencial* suportada por Lyons (1977), Kempson (1977), Cruse (1986) e Evens (1988); a *abordagem mentalista* proposta por Chomsky (1965), Jackendoff (1983) e Lakoff (1987); e a *abordagem pragmática* presente em Austin (1962) e Ducrot (1987). O autor inclui também uma breve distinção entre *paradigma estruturalista*, *paradigma generativista* e *paradigma da linguística cognitiva*, terminando esta secção relacionando a Semântica e as relações lexicais com diversos âmbitos da Ciência da Informação.

Em 2.2., “Relações semânticas na abordagem lexical”, é apresentada uma introdução às relações sintagmáticas e paradigmáticas, descrevendo-se, brevemente, algumas dessas relações, como a *hiponímia*, *troponímia*, *meronímia*, *sinonímia* e *antonímia*. Seguidamente, é apresentado o modo como este tipo de relações pode ser aplicado à *Wordnet*, dando enfoque à *troponímia*.

Segue-se em 2.3. a secção denominada “Esquema para a identificação e extração de verbos e modos”, onde são apresentadas regras para a extração automática de *adverbial adjunct clauses*, de acordo com o estado expresso por um verbo.

A secção 3 diz respeito à pesquisa efetivamente realizada pelos autores, descrevendo os objetivos de caráter geral e específico, assim como a sua interação com a iniciativa *Blood Project*.

Em 3.1., é apresentada a “Metodologia” adotada, que se divide em quatro etapas que vão desde a seleção de textos ao agrupamento e organização das relações de modo, passando pela extração de termos provenientes dos textos selecionados e pela organização dos verbos e correspondentes advérbios.

Na seguinte subsecção 3.2., “Dados coletados”, são apresentados diversos quadros que clarificam os dados recolhidos dos textos, e ainda um fragmento do questionário de avaliação de dados, respondido por especialistas da área da Hematologia e Hemoterapia.

Os “Resultados e discussão” são apresentados na subsecção 3.3., onde é destacada a ideia de que neste projeto os resultados não são analisados quantitativamente, dando-se preferência a uma avaliação feita por especialistas da área, principalmente devido ao elevado número de dados obtidos. Desta forma, os autores concluem que, apesar da validade e viabilidade da proposta, será necessário alargar o escopo da pesquisa de forma a que os resultados sejam mais conclusivos.

Os autores terminam o artigo na secção 4, “Conclusão e perspectivas futuras”, com um resumo do estudo e com respostas direcionadas às questões colocadas na sua fase inicial. Todavia, apesar das conclusões obtidas, e como é elencado pelos autores, continuam a existir mais perguntas do que respostas, razão pela qual consideram pertinente incluir, nesta última secção, algumas perspetivas de trabalhos futuros.

3

Este estudo é denominado pelos próprios autores de “incipiente”, uma vez que, apesar da relevância dos resultados obtidos, trata de um tema bastante extenso, onde muitas variáveis necessitam de ser analisadas. Sugerido pelos próprios como proposta de trabalhos futuros, seria interessante fazer-se uma análise quantitativa dos dados recolhidos de forma a complementar, sustentar e homogeneizar a informação já obtida.

À data da realização deste artigo, o número de ontologias era já considerável e incluía várias áreas de aplicação, não sendo exceção as ontologias médicas, no contexto das quais se contam ontologias como a UMLS, que compreende cerca de 800000 conceitos, e a SNOMED, com cerca de 121000 (Smith 2004). Contudo, como a língua se encontra em constante desenvolvimento, ter acesso a uma ferramenta que ajude a refinar a informação no processo de construção de ontologias é algo de grande valor.

De acordo com Fernández (1997), no processo de desenvolvimento de ontologias, os verbos são, normalmente, utilizados para referir atividades constantes da ontologia a construir. Assim, a análise de verbos, bem como dos advérbios que os modificam, extraídos de fontes utilizadas por especialistas e posteriormente avaliadas por aqueles que serão os seus utilizadores, é uma excelente estratégia para a criação de uma ferramenta de refinamento de conceitos.

Note-se que, para que esta análise seja possível e viável, é indispensável o contributo da Semântica e das relações semânticas que permitem descrever as relações estabelecidas entre os verbos recolhidos e os respetivos advérbios. Apenas analisando estas relações é possível decidir a relevância dos verbos para a ontologia em que se vão inserir, na medida em que a variação existente nelas implica que os verbos apresentem diferentes modos. De acordo com Fellbaum (1990: *passim*), verbos sobre-ordenados e verbos sub-ordenados estabelecem entre si relações de *manner-of*, ou seja, relações que explicam o modo/maneira como uma ação é realizada. Estas relações de troponímia permitem, assim, estabelecer uma estruturação hierárquica utilizando o modelo “o *verbo1* está para o *verbo2* de uma maneira particular”, (Fellbaum & Miller 1990). Por conseguinte, diferentes modos contribuem para significações diferentes do mesmo verbo, dependendo do contexto de uso e da especificidade por ele requerida, e tornando-se, desta forma, relevantes para a construção de uma ontologia.

Os autores, compreendendo a importância das relações semânticas para a sua pesquisa, apresentam, inicialmente, um enquadramento teórico bastante claro e objetivo no que toca a essas mesmas relações, permitindo um desenvolvimento muito mais objetivo do tópico ao longo de todo o artigo.

4

A clareza é, desta forma, um ponto bastante positivo neste artigo, tornando a sua leitura aconselhável, não só a estudantes e a professores, mas também a curiosos do saber que não tenham conhecimento prévio na matéria.

É visível que se trata de um trabalho contínuo que tem vindo a ser desenvolvido, pelos autores, há já alguns anos, o que demonstra uma atualização e evolução constantes na informação, bem como uma adequação às necessidades que vão surgindo ao longo do tempo.

É de referir o enorme mérito deste trabalho, no que concerne ao seu âmbito de interação, contribuindo para o projeto internacional *Open Biomedical Ontologies*, que descreve a sua missão da seguinte forma: “The mission of the OBO Foundry is to develop a family of interoperable ontologies that are both logically well-formed and scientifically accurate”. Com recurso à análise das relações semânticas entre verbos, este estudo disponibiliza um método para refinar a construção de ontologias médicas, podendo ainda

alargar-se o seu escopo à construção de outras ontologias. Tal decorre do facto de essas relações de troponímia permitirem considerar, na construção da ontologia, verbos que, de outra forma, não poderiam ser levados em consideração, na medida em que, sem o modo associado à realização da ação, não apresentariam relação direta com o âmbito da ontologia.

Por todas estas razões, acredita-se que seja um trabalho de grande valor e cujo desenvolvimento futuro será interessante seguir, recomendando a sua leitura a todos os interessados na temática.

REFERÊNCIAS

- Austin, J. L. 1962. Locutinary, illocutinary, perlocutinary. In Harnish, R. M. (Ed.). *Basic topics in the philosophy of language*. New Jersey: Prentice Hall.
- Chomsky, N. 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: The MIT Press.
- Croft, W.; Cruse, D. A. 2004. *Cognitive Linguistics*. New York: Cambridge University Press.
- Cruse, D. A. 1986. *Lexical Semantics*. New York: Cambridge University Press.
- Ducrot, O. 1987. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- Evens, M. W. 1988. *Relational models of the lexicon: representing knowledge in semantic networks*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fellbaum, C. 1998. *Wordnet: an electronic lexical database*. Massachusetts: The MIT Press.
- Fellbaum, C.; Miller, G. A. 1990. Folk psychology or semantic entailment? Comment on Rips and Conrad (1989). *Psychological Review* 97(2): 565-570.
- Fellbaum, C. 1990. English Verbs As A Semantic Net. *International Journal of Lexicography* 3(4): 278-301.
- Fellbaum, C. 2002. On the semantics of troponymy. In Green, R., Bean, C. A. & Myaeng, S. H. (Eds.). *The semantic of relationships; an interdisciplinary approach*. Dordrecht: Kluwer.
- Fernández, M.; Gómez-Pérez, A.; Juristo, N. 1997. *Methontology: From Ontological Art Towards Ontological Engineering*. http://oa.upm.es/5484/1/METHONTOLOGY_.pdf,
acedido em 23.11.2018.

Jackendoff, R. 1983. *Semantics and Cognition*. Cambridge: The MIT Press.

Lakoff, G. 1987. *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal About the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.

Lyons, J. 1977. *Semantics*. New York: Cambridge University Press, vol.2.

Kempson, R. M. 1977. *Semantic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Smith, B. 2004. *Ontology and Information Systems*.

https://www.researchgate.net/publication/251341842_Ontology_and_Information_Systems,

acedido em 23.11.2018.

The OBO Foundry. <http://www.obofoundry.org/>, acedido em 23.11.2018.